

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos
de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Sector Público**

25.^a Reunião
(11 de setembro de 2013)

SUMÁRIO

O Sr. Presidente (Jorge Lacão) deu início à reunião às 15 horas e 23 minutos.

Após uma intervenção inicial, os Srs. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires (ex-Presidente do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, no período de 14 de outubro de 2003 a 1 de novembro de 2006) e Dr. José Maria Franco O'Neill (ex-Administrador Financeiro do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, no período de 14 de outubro de 2003 a 1 de novembro de 2006) prestaram esclarecimentos aos Srs. Deputados Cecília Meireles (CDS-PP), Paulo Sá (PCP), Mariana Mortágua (BE), Fernando Virgílio Macedo (PSD) e Ana Catarina Mendonça e João Galamba (PS).

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 18 horas e 31 minutos.

O Sr. Presidente (Jorge Lacão): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 23 minutos.

Antes, porém, o Sr. Deputado Adão Silva pediu a palavra para uma interpelação à Mesa, pelo que tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Sr. Presidente, apenas para uma breve justificação para dizer que, como sou membro da Comissão Permanente, não pude estar presente no exato momento em que os trabalhos deveriam ter tido início os trabalhos, pelo que peço desculpa aos Srs. Convidados e aos demais presentes.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Temos toda a compreensão pela necessidade de desdobramento das nossas presenças em Comissão...

Temos hoje para prestar o seu depoimento o Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires, na condição de ex-Presidente do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, se a informação estiver exata, entre o período de outubro de 2003 a novembro de 2006, que se faz acompanhar do Dr. José Maria Franco O'Neill, que foi também administrador, com o pelouro financeiro na mesma época.

Em nome da Comissão, apresento as nossas saudações e agradeço a disponibilidade para estarem aqui connosco.

Estou informado de que o Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires deseja fazer uma intervenção inicial, pelo que lhe dou, desde já, a palavra

para o efeito. Seguir-se-á a primeira ronda que, desta feita, virá a começar pela Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

Tem, então, a palavra para fazer a sua exposição inicial.

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires (ex-Presidente do Conselho de Administração da Metro Lisboa): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Gostaria de começar por cumprimentar o Sr. Presidente e esta magnífica Comissão, agradecer a oportunidade e manifestar a nossa total disponibilidade para podermos esclarecer e responder a todas as questões que nos vieram a ser colocadas e, por último, manifestar que todas as nossas declarações correspondem à verdade do conhecimento que detemos nesta altura e que a nossa memória, passados 10 anos, nos permite.

Como já foi dito, o mandato resulta da Resolução do Conselho e Ministros n.º 71/2003, de 10 de outubro, sendo que iniciámos o mandato em outubro de 2003, que cessou em novembro de 2006.

Face ao tempo que entretanto decorreu, de praticamente mais de 10 anos, não tivemos acesso a qualquer documentação da altura, pelo que teremos alguma dificuldade em poder responder a questões de pormenor que resultem de alguma consulta a documentação.

Aliás, passados estes anos, também entendo importante referir que, para visitar este assunto, praticamente recorreremos apenas a informação que é pública e que se encontra disponível na *Internet*, e como tal não é reservada, à exceção das atas das reuniões do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, que foi a única documentação que trouxe comigo aquando da minha saída — e são as minutas, não são obviamente as cópias dos originais.

Na altura, o Conselho era constituído por cinco vogais, todos com funções executivas, nomeados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º

71/2003, cujos pelouros foram atribuídos na primeira reunião que o Conselho teve, no dia 16 de outubro de 2003, isto é, dois dias depois de ter entrado em funções.

Portanto, cada um dos vogais tinha pelouros específicos atribuídos.

O pelouro da área financeira foi atribuído ao Dr. José Maria O'Neill, de quem dependia a Direção Administrativa e Financeira, cujo diretor era o Dr. José Maria Ferreira de Melo, não sendo, portanto, uma competência minha. Por essa razão, solicitei ao Sr. Presidente desta Comissão de Inquérito, aquando da resposta à carta que enviou a convocar-me para esta audição, autorização para que viesse acompanhado do Sr. Dr. José O'Neill e do Dr. José Maria Ferreira de Melo, que exerceu o cargo de diretor administrativo durante mais de 20 anos e que, portanto, conhece sobejamente a história do passado recente da Metro — neste momento encontra-se ausente do País, muito embora continuemos a sugerir a sua audição, caso os Srs. Deputados assim o entendam.

Também julgo que é importante referir uma particularidade da Metro, onde, ao contrário do que é habitual noutras empresas, os mandatos não coincidem com os exercícios anuais económicos, mas exclusivamente com períodos de calendário de três anos, o que tinha implicações nos ciclos e obrigações de gestão, e o que significa, pelo menos no nosso caso, que o relatório e contas do mandato cessante que nos antecedeu foi elaborado e assinado por nós sem sabermos o que tinha sido feito, tal como sucedeu em relação ao relatório de 2006, que foi elaborado e assinado pela equipa que entrou em novembro desse ano, que nos sucedeu e que também não tinha conhecimento suficiente sobre a matéria.

Durante o período do nosso mandato, que durou cerca de três anos — e julgo que isto também é uma especificidade —, tivemos três tutelas diferentes.

Assim, fomos nomeados pelo XV Governo Constitucional, sendo que a tutela, na altura, era exercida pelo Prof. Carmona Rodrigues e o Eng.º Seabra Ferreira. Depois passámos pelo XVI Governo Constitucional, com a tutela exercida pelo Dr. António Mexia e o Eng.º Jorge Borrego. Finalmente, no XVII Governo Constitucional, com o Eng.º Mário Lino e a Sr.ª Eng.ª Ana Paula Vitorino.

A minha atividade na Metro de Lisboa — e espero que estas palavras não sejam mal interpretadas — onde, como já referi, não detinha o pelouro financeiro, foi basicamente dirigida para a parte das obras e para a gestão corrente, pois enquanto engenheiro civil os grandes desafios que me foram colocados aquando da minha nomeação foram basicamente os seguintes:

Primeiro, garantir a resolução da questão da estação do Terreiro do Paço, onde houve aquele grande acidente, o que consegui concluir antes do final do mandato, muito embora a inauguração só se viesse a verificar depois da nossa saída.

Segundo, controlar os custos e derrapagens das empreitadas — no fundo, «arrumar a casa» na área das obras, alterando métodos e procedimentos, o que também foi conseguido em grande parte, conforme foi reconhecido publicamente pelo então presidente do Tribunal de Contas, Dr. Alfredo José de Sousa, numa entrevista que deu à televisão, tendo sido iniciativa dele citar a nossa atuação como «um exemplo a seguir».

Terceiro, complementarmente, e já na área da gestão, procurar reduzir custos operacionais, objetivo que foi também em grande parte conseguido. Recordo que na altura estava em curso um programa de reestruturação operacional da empresa, já iniciado pelo anterior Conselho, com o apoio e orientações da tutela e apoiado por uma empresa de consultores.

Obviamente, detinha também outros pelouros que me foram atribuídos e que garanti.

Lançámos assim bases para a regularização da empresa.

Também nunca tinha desempenhado quaisquer funções na área dos transportes e confesso que quando cheguei à Metro fiquei de alguma forma surpreendido com alguns aspetos, nomeadamente os que se prendiam com deficientes exigências organizacionais em algumas áreas e até com as formas de financiamento que a empresa tinha.

Naquela época, os custos financeiros, vulgarmente chamados encargos da dívida, constituíam quase 40% dos custos totais da empresa e as receitas da bilhética apenas cobriam cerca de 35% dos custos operacionais.

O modelo de financiamento da Metro de Lisboa, que era uma opção do acionista único Estado, passava assim pelo sistemático e sucessivo endividamento para fazer face aos encargos da dívida, aos custos operacionais e ao financiamento das infraestruturas, numa espiral sem retorno, cujo passivo remunerado atingia já, à data da nossa entrada, cerca de 2,4 mil milhões de euros e que, neste modelo, não podia deixar de continuar a crescer.

Por outro lado, como também é público, as dívidas das empresas públicas de transportes eram um assunto «tratado um pouco à margem» e de certo modo não diria escondido, mas um pouco ignorado publicamente, pois não contava para a dívida pública, cujo modelo de financiamento, no caso da Metro, passava, como referi, pelo endividamento contínuo e sistemático, onde a amortização da dívida e dos encargos financeiros associados era feita com recurso a nova e acrescida dívida. Estou a citar o relatório de uma auditoria que o Tribunal de Contas fez à Metro de Lisboa.

A Metro de Lisboa era, assim, uma empresa com as contas totalmente desequilibradas e sem qualquer possibilidade de recuperação na ausência de ajuda do Estado, isto é, sem a intervenção do seu único acionista. Isto é público e consta dos sucessivos relatórios elaborados pela IGF e pelo Tribunal de Contas.

Sinto, no entanto, que fiz tudo o que me competia enquanto presidente, engenheiro civil e gestor não financeiro.

Por outro lado, também tenho de confessar as minhas grandes limitações na área financeira (porque tenho falta de conhecimentos e formação) e esclarecer que antes da minha assunção de funções, sinceramente, nunca tinha ouvido falar de *swaps* ou de contratos de derivados financeiros, como na altura lhe chamavam, e que hoje têm a designação de IGRF's (instrumentos de gestão do risco financeiro).

Assim, pelo facto de não deter o pelouro financeiro, nunca tomei qualquer iniciativa, promovi consultas ou contactos com bancos, nem qualquer outra atividade relacionada ou conducente à contratação de contratos de derivados financeiros.

À semelhança dos restantes vogais do então Conselho, limitei-me a participar em decisões colegiais e unânimes, deliberando sobre as propostas oriundas da área financeira e apresentadas pelo administrador com competências nas respetivas áreas, conforme resulta claro da leitura das respetivas atas, que irei deixar ao Sr. Presidente da Comissão.

Nessas atas, para além de se dizer que foram sempre aprovadas por unanimidade, havia uma deliberação que mandatava qualquer um dos membros do Conselho, juntamente com o diretor financeiro, para assinar e dar andamento aos atos necessários ou convenientes à celebração das operações de derivados.

No já referido modelo de financiamento, que não era nem nunca foi uma decisão dos órgãos de gestão mas, sim, uma opção do acionista Estado, parece lógico e evidente que a redução dos custos de financiamento fosse, na altura, uma das maiores preocupações das empresas, das tutelas e até das entidades fiscalizadoras, como havemos de ver à frente.

Assim, a reestruturação da dívida e das taxas de juro, mudando as taxas variáveis para fixas, procurando alterar a sua estrutura e reduzir os custos de financiamento conexos, era naquele período uma preocupação, aliás, expressivamente corroborada pela IGF no relatório que produziu em outubro de 2008, em sede de uma auditoria que realizou ao passivo oneroso da Metro de Lisboa.

Durante o nosso mandato, todos os contratos celebrados visavam apenas a redução dos custos financeiros da empresa e a contenção das taxas de juro em níveis aceitáveis à época, defendendo a empresa da sua subida, sem quaisquer características especulativas ou de negociação e estavam associados a empréstimos excedentes cuja taxa de juro se pretendia vir a gerir.

Em meados de 2004, isto é, cerca de 10 meses depois de termos iniciado funções, a questão da contratação de contratos *swap* foi pela primeira vez abordada pelo Conselho, numa deliberação tomada no dia 29 de julho de 2004, conforme consta das respetivas atas.

Na altura, e teremos de recuar ao período entre 14 de outubro de 2003 e 3 de novembro de 2006, os tempos eram efetivamente outros, marcados por expetativas muito fortes da subida das taxas de juro, o que se viria a verificar e a manter até 2009, isto é, seis anos mais tarde, sem que fosse expetável o surgimento de qualquer crise mundial originada por conturbações da banca internacional.

Esta era uma prática que vinha sendo adotada na empresa, sobretudo em 2002 e 2003, pelo Conselho que nos precedeu, sendo que em 1996 já tinha sido contratualizado um pioneiro contrato *swap*, e era nossa convicção que a Direção Financeira detinha particular conhecimento e experiência na sua apreciação e análise, pelo que a questão não deixou de ter a necessária abertura por parte da Administração.

Assim, foi sempre neste enquadramento de propostas formuladas pela Direção Financeira e veiculadas pelo administrador que detinha o respetivo pelouro que foram aprovadas pelo Conselho.

É de salientar que o funcionamento da empresa está apoiado e suportado em direções onde as diversas competências se encontram concentradas — daí os pelouros atribuídos aos vogais —, dirigidas por quadros competentes, com experiência e formação adequada — sendo que ainda hoje não tenho qualquer razão para dizer o contrário —, pelo que é absolutamente normal e usual que os órgãos de gestão se apoiem nas mesmas e que exista confiança no trabalho que por elas é desenvolvido.

Este é um princípio básico em qualquer estrutura empresarial. Essa era a situação na Metro de Lisboa, sendo que em relação à Direção Financeira e às restantes direções da Metro os diretores tinham na altura a plena confiança do Conselho.

Aliás, no relatório de 2008, a IGF elogia a organização processual e contabilística e até refere que a Metro de Lisboa «dispõe, junto da Direção Financeira, de *dossiers* bem organizados, onde se encontram evidenciados os movimentos relacionados com o controlo das operações envolvidas e correspondentes documentos justificativos, bem como dos registos contabilísticos efetuados» (fim de citação).

Apesar disso, aquando da análise das propostas que chegavam ao Conselho, provenientes da área financeira, obviamente, levantaram-se as

dúvidas cautelares que cabem à gestão em relação à legalidade, à competência gestonária e à forma de o fazer.

Quero aqui fazer um parêntesis para dizer que sou funcionário público, toda a vida servi o Estado, nunca tive qualquer problema durante a minha vida profissional, apesar de, no metropolitano, quando quis endireitar as coisas, terem tentado queimar a minha imagem e, de alguma forma, afetar-me — é um facto —, mas apenas por vingança. A minha vida é transparente, a minha atuação é transparente e, dentro das minhas competências profissionais, orgulho-me da dedicação que sempre dei à causa pública.

Prosseguindo, foram obtidos, ou já existiam, pareceres de advogados que nos esclareceram ou, melhor, que reafirmaram a prática que vinha do mandato anterior em relação à legalidade da competência gestonária do Conselho, bem como a necessidade de, em determinados casos em que existia aval do Estado, como foi o caso da reestruturação do empréstimo BEI — uma grande operação que foi feita —, ser previamente necessário obter autorização do Ministro das Finanças, o que, no nosso caso, foi feito, conforme consta das atas da reunião.

Temos também de referir que a legalidade destas operações nunca foi questionada pela IGF, nem por outra entidade.

A IGF, no relatório de outubro de 2008, que vou citar muitas vezes, referia que «as decisões estavam devidamente suportadas em decisões da Administração da empresa e que os contratos não visavam qualquer negociação», isto é, não visavam qualquer tipo de especulação.

Outro dia, consultando a *net*, porque tenho andado a dar alguma atenção a este assunto, o antigo Diretor-Geral do Tesouro e Finanças, José Emílio Castel-Branco, salvo erro, dizia que na altura «não havia evidência de operações especulativas ou problemáticas» e que as empresas públicas

«não tinham qualquer obrigação» de prestar informação específica sobre contratos sem antes a Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) desenvolver «uma política ativa de recolher informação» junto das empresas.

Também reconheceu que a questão não era polémica; pelo contrário, com a subida dos juros, que se estava a verificar e que se avizinhava, os contratos eram «relativamente usuais», segundo as palavras do Sr. Diretor, que cito.

As posições que a IGF toma no relatório e as declarações do ex-Diretor-Geral do Tesouro e Finanças parecem-me, entre outras, evidências óbvias de que sempre existiu conhecimento dos contratos realizados pelo Metropolitano de Lisboa.

Entretanto — e vou voltar a falar do relatório —, em outubro de 2008, isto é, dois anos depois de termos acabado o mandato e um mês depois da falência da Lehman Brothers (que esteve, como todos sabemos, na génese da crise financeira mundial), a IGF, na auditoria que fez ao passivo oneroso da Metro, não levanta qualquer alarme no que toca a perspetivar a descida das taxas de juro, que viria a ocorrer a partir de 2009, mas, sim, ao risco dos contratos, caso tal viesse a acontecer. Antes pelo contrário, pois a imprevisibilidade da crise e das suas consequências fazia com que estes contratos fossem, e continuassem a ser, olhados com interesse pelas entidades fiscalizadoras, sendo que a IGF dizia no Relatório que a estrutura das taxas contratadas antes dos *swaps* se situava, a 31 de dezembro de 2007 (portanto, no mesmo período do nosso mandato), em 25,5%, para a taxa fixa, e em 74,5%, para a taxa variável, estrutura não aconselhável num cenário de aumento de taxas de juro.

Isto é: uma entidade que fiscaliza reconhece que a estrutura das taxas fixas e das variáveis que a Metro tinha, no cenário da época, que era de

aumento de taxas de juro, não era aconselhável; não diz que fossem feitos, mas, implicitamente, há aqui algum acordo com a questão.

No quadro macroeconómico da época, perante as perspetivas de crescimento da economia e, por arrasto, das taxas de juro, o risco não tinha, assim, condições de ser avaliado, pois as próprias entidades com competência nesta área também não tinham qualquer previsão fiável que apontasse para a necessidade de análises de risco, nem existiam quaisquer previsões nesse sentido.

Na altura em que os contratos foram assinados ou realizados, a convicção da Direção Financeira, em que se baseou o Conselho para tomar a decisão da sua contratação, era, pois, a de que os interesses do Estado estariam a ser defendidos, visando baixar os custos de financiamento, face a uma ameaça da subida das taxas de juro, que posteriormente se estabilizariam em níveis altos, cenário que as entidades competentes, e até os especialistas nesta área, na altura corroboraram.

Aliás, os ganhos conseguidos, nas circunstâncias em que os contratos foram contratados, revelam bem o seu objetivo, uma vez que já no fim do nosso mandato os ganhos eram de cerca de 82 milhões de euros, pelo que, se nada tivesse acontecido, estes 82 milhões de euros tinham dado para pagar a obra da estação do Oriente à do aeroporto, por exemplo.

No período do nosso mandato, não existiam perspetivas de alteração da conjuntura macroeconómica, nem indícios que apontassem para a possibilidade de ocorrência, a curto prazo, de uma crise e para a descida abrupta das taxas de juro, sendo que as expectativas apontavam exatamente em sentido contrário: o do desenvolvimento da economia e da subida das taxas de juro, conforme aconteceu.

Apenas as supervenientes alterações das circunstâncias que ocorreram alguns anos depois, totalmente imprevistas e não «cenarizáveis» à época, podem, à luz do conhecimento atual, induzir a pensar o contrário.

Quando acabámos o mandato, tivemos a preocupação de elaborar um memorando, destinado à futura administração, intitulado «Balanço do Mandato» (que também deixarei ao Sr. Presidente), onde todos os aspetos mais relevantes da nossa gestão estavam referidos e acompanhados de profusa informação conexa, onde, obviamente, também estava referida a questão da contratação dos derivados financeiros.

Em meu entender, acho que sempre existiram formas e mecanismos de reporte e que, pelo nosso lado, nunca existiu qualquer ato ou tentativa de omitir os contratos, permitindo-me, pois, não poder acreditar que o assunto fosse desconhecido das entidades com competência para o efeito, porque as auditorias, os relatórios de gestão e da comissão de fiscalização da Metro (já lá iremos, adiante) e os múltiplos reportes que éramos obrigados a fazer às várias entidades — à DGTF, à IGH, à tutela — espelhavam isto tudo e, nos casos em que tal era requerido, foi obtida prévia autorização da tutela para que os contratos avançassem.

Assim, no que respeita à existência dos contratos e às suas formas de controlo, gostaria de dar algumas indicações.

Como eu disse, o Conselho foi tutelado por três governos distintos, cada um com as suas especificidades e exigências em relação às equipas de gestão, formas e conteúdos de reporte; estava em curso o Programa de Reestruturação Operacional da empresa e do setor dos transportes em geral, que visava reduzir custos operacionais e que era articulado, monitorizado e reportado à tutela, sendo acompanhado por uma empresa consultora, contratada para o efeito; havia lugar a reuniões regulares com a tutela — na

altura falámos muito com os nossos governantes de quem dependíamos e, obviamente, como não podia deixar de ser, estas questões eram abordadas.

Existiu sempre uma articulação constante com a tutela, que também tinha assessores dedicados para este efeito; mais tarde até houve a implementação dos *controllers* financeiros do Ministério, que eram chegados às empresas, faziam muitas perguntas, pediam documentos e controlavam tudo...

Também no caso do Metropolitano havia uma visita regular e demorada de uma representante da IGF que não só falava com a Administração como com todas as direções.

Nos relatórios e contas dos exercícios anuais, que foram aprovados (não conhecemos nenhum que não tenha sido aprovado), existem todas as referências e evidências a contratos destes.

A partir de 2007 — e estou a ir para além do meu mandato — aparece, pela primeira vez, uma listagem dos contratos realizados ou reestruturados.

Os relatórios de auditores externos e da certificação legal de contas, bem como o relatório anual do revisor oficial de contas, nunca levantaram qualquer questão em relação a este assunto, que não podia, de forma alguma, não ser do seu conhecimento, pelo impacto que tinha na redução dos custos financeiros.

Quanto à comissão de fiscalização, o Metropolitano tinha uma comissão de fiscalização que tinha um representante do Ministério das Finanças, um representante dos trabalhadores da Metro e o ROC da Metro, o Prof. José da Costa Martins Reimão.

A comissão de fiscalização tinha reuniões com a Administração e fazia um parecer que integrava o relatório e contas e reportava trimestralmente às tutelas.

Nos relatórios que enviava às tutelas e a que nós não tínhamos acesso, mas apenas às recomendações que deles vinham, a comissão de fiscalização faz alusões explícitas às reuniões que tinha com o Conselho, ao pleno acesso a toda a informação e às atas das reuniões e, também, à redução de custos financeiros conseguida através da contratação de derivados.

A Metro também produzia e enviava todos os *reportings* periódicos que eram legalmente exigidos a estas empresas públicas.

Temos auditorias do Tribunal de Contas e da IGF, onde estes assuntos se encontram plenamente espelhados.

Aliás, as significativas reduções dos custos financeiros, num quadro de endividamento constante, eram certamente o melhor sinal de que só através de mecanismos de renegociação dos financiamentos seria possível alcançar estes resultados, onde, obviamente, a componente da taxa de juros era de crucial importância.

Qualquer pessoa que saiba analisar um relatório e contas questionar-se-ia porque é que tal acontecia, e não temos qualquer indício ou sinal de que tivesse havido um pedido de explicação ou que o relatório não tivesse sido aprovado.

Acresce, como já disse, que, nos casos em que era necessária a prévia autorização da tutela, esta foi solicitada à tutela.

Agradecendo a vossa atenção, e muito embora tivesse mais coisas para acrescentar, fico ao dispor de VV. Ex.^{as}

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado também, em nome da Comissão.

Vamos, então, passar à fase das questões levantadas pelos Srs. Deputados.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Sr. Presidente, em primeiro lugar queria cumprimentar o Sr. Eng.^o Carlos Alberto Mineiro Aires e o Dr. José Maria O'Neill e agradecer-lhes o facto de estarem hoje connosco nesta Comissão de Inquérito, que tem ficado conhecida abreviadamente como Comissão de Inquérito aos *swaps*.

A Metro de Lisboa — estando, aliás, a ser analisada a par da Metro do Porto, mas, neste caso, de forma mais expressiva — tem sido muitas vezes classificada como um dos casos mais problemáticos, para não dizer o mais problemático dos *swaps*. E porquê? — reporto-me à situação atual da Metro de Lisboa, e não (já lá chegaremos) ao mandato de VV. Ex.^{as}. Porque, quando analisadas as perdas potenciais para o Estado português com os *swaps*, cerca de 74% delas vêm dos dois metros, do de Lisboa e do Porto. A Metro de Lisboa tinha cerca de 71 operações vivas, ou seja, quase metade dos *swaps* advinham da Metro de Lisboa, que também rácios *mark-to-market versus notional* que chegavam a atingir os 2%, 4%, 6% e 8%, o que significa que o valor futuro dos juros a pagar chega a ser oito vezes superior ao empréstimo que está a ser coberto.

Há vários contratos em que os cupões seguintes ultrapassam os 7% e há até alguns com cupões de 11%, 17%, 30% e 36%,

Também no que diz respeito ao relatório do IGCP; que faz uma classificação da complexidade dos *swaps* (sei que não tem acesso), numa escala de 1 a 5, aparecem cerca de metade, cerca de 30 *swaps* são classificados com nota 5. Ou seja, são classificados como sendo muito complexos.

Tudo isto para explicar qual é o interesse da Metro de Lisboa.

Naturalmente que sei que no vosso mandato não foram celebrados todos estes *swaps* nem nada que se pareça — tanto quanto me mostram as minhas contas terão sido 9 ou 10 contratos...

Ora, é precisamente esta a primeira pergunta que gostaria de colocar. Sei que quando chegaram à Metro de Lisboa já havia *swaps* realizados. O que gostaria de perguntar é qual foi a finalidade e a justificação que lhes foi apontada. Sei que era relativamente comum na época e que se tornou ainda mais comum nos anos seguintes, mas gostaria de saber qual foi a justificação, ou seja, porque é que decidiram mantê-los e porque é que decidiram contratar novos *swaps*.

Além disso, porque a verdade é que temos acesso à informação, mas como há algumas reestruturações, se nos pudessem descrever, pelo menos sucintamente, os contratos *swap* que foram realizados, seria bom.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires: — Sr.ª Deputada, antes de passar a palavra ao Sr. Dr. José Maria O'Neill, gostaria de dizer que efetivamente quando se faz um cenário ou uma análise com essa dimensão, a parte que toca ao nosso mandato, tal como disse — e agradeço que o tenha dito — é reduzida.

Aliás, a crer no relatório e contas de 2012, há um único contrato que se manteria intacto desde o mandato em que o assinámos. Todos os outros caducaram entretanto ou foram objeto de uma reestruturação.

Portanto, houve modificações no conteúdo de alguns, ao que sei, e em relação a outros, de alguma forma, perdemos o fio à meada porque entretanto foram renegociados com outras instituições financeiras e

confesso que desconhecemos por completo os pormenores, porque tal sucedeu nos mandatos seguintes e não temos qualquer informação nesta matéria. Não voltei a entrar na Metro de Lisboa depois de ter saído e portanto...

Depois de ter vindo a lume esta questão, obviamente que falei uma ou duas vezes com o Dr. José de Melo, com o diretor financeiro, o Dr. José O'Neill, trocámos uns *e-mails*, procurei obter os relatórios e contas através da *Internet*, fiz umas análises, portanto, toda a informação que tenho é essa.

Até ao dia 1 de novembro, posso dizer o que aconteceu. Segundo o último relatório de 2012, verifica-se lá que apenas se encontra ativo, na íntegra ou intacto um único contrato. Todos os outros foram renegociados ou reestruturados.

Não posso falar da bondade ou da falta de bondade das decisões que foram tomadas, porque, na verdade, não sei o que as motivou, quais foram os objetivos e qual é a estrutura que esses contratos têm hoje.

De qualquer forma, peço ao Dr. José Maria O'Neill para, caso queira, completar esta informação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. José Maria Franco O'Neill (ex-Administrador Financeiro do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa): — Boa tarde. Antes de mais, gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente e demais membros desta Comissão e dizer ao Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires que o depoimento que acabou de fazer corresponde à verdade do que se passou naqueles três anos de mandato. É um depoimento exaustivo e muito bem feito.

No que toca à pergunta colocada pela Sr.^a Deputada Cecília Meireles, o que posso dizer-lhe é o seguinte: temos de recuar um pouco no tempo para ver o que se passava em Portugal em 2003.

Estávamos a viver numa fase de taxas de juro da Euribor historicamente baixas. Andavam por volta dos 1,8%, 1,9%, 2%, sendo que isso foi constante durante os três anos. Portanto, quando chegámos à Metro de Lisboa deparámo-nos logo com um empréstimo de 300 milhões de euros por decidir, empréstimo esse que era necessário para financiar os investimentos de longa duração.

Havia vários bancos interessados em financiar a Metro de Lisboa, como sempre, e acabámos por tomar a decisão de contratar o empréstimo do ABN, que era o empréstimo na altura que tinha melhores condições. Cingimo-nos sempre à taxa de juro, que era, segundo me recordo, uma taxa de juro Euribor até seis meses e com mais de 9,9. Portanto, eram condições realmente muito boas.

Claro que no dia a seguir apareceu uma série de bancos a propor *swaps* a este empréstimo, uma vez que era um empréstimo grande e como era com taxa variável, se pudessemos cobrir o risco dessa taxa variável, isso era recomendável. Aliás, isso é feito em todos os reparos da IGF e do Tribunal de Contas na altura. A Metro de Lisboa tinha um desequilíbrio muito grande entre taxas variáveis e taxas fixas. As taxas variáveis andavam à volta de 75% e as taxas fixas 25%. Portanto, se pudessemos reduzir o efeito das taxas variáveis, isso era recomendável.

Portanto, foi isso que fizemos, tendo tido também o cuidado de não contratar os *swaps* com o mesmo banco que nos fez o empréstimo. Recordo-me na altura que esses 300 milhões acabaram por ficar distribuídos por três bancos: penso que o JP Morgan, UBS e Santander.

Assim, recordo-me, na altura, da primeira conversa que tive com o diretor financeiro, Dr. José de Melo e de lhe ter perguntado quanto é que a Metro faturava e qual era o passivo. E ele disse-me que a Metro de Lisboa faturava 40 milhões de receita de bilhética, que tinha mais 20 milhões de subsídios de exploração ou indemnizações compensatórias, como se chamava na altura, e um passivo de quase 3000 milhões, dos quais 2500 milhões de passivo oneroso.

Era realmente um passivo muito grande. O que procurávamos fazer na gestão do dia-a-dia era tentar reduzir o mais possível os custos financeiros. Era esse o ambiente que se vivia na altura e o que pretendíamos.

Portanto, quando lá cheguei, apercebi-me de que a Direção Financeira estava bem estruturada. Era uma Direção Financeira que já era dirigida pelo Dr. José de Melo, penso que há 10 anos ou mais. Depois ele manteve-se durante o nosso mandato, prolongou mais uns anos e, como, aliás, também reconhece o IGF, era uma Direção Financeira que tinha os *dossiers* todos muito bem organizados e preparados. Portanto, na altura, eu fazia as reuniões com o Dr. José de Melo, analisávamos as propostas e quando entendíamos que as propostas estavam em condições de ser levadas a Conselho eu levava as propostas ao Conselho de Gerência, porque as propostas tinham de ser aprovadas.

Tanto quanto me recordo, não houve uma única que tivesse sido recusada. Recordo-me, sim, de que de vez em quando havia dúvidas e pedíamos a presença do diretor financeiro nas reuniões do Conselho de Gerência para esclarecer uma dúvida ou outra.

Portanto, no fundo, era esta a política seguida. Os serviços de carácter financeiro faziam uma análise exaustiva dos contratos que os bancos nos propunham, eram vários bancos a propor, e depois decidíamos

sempre pelas propostas que achávamos ser as mais favoráveis, as que melhor defendiam os interesses da Metro. Só depois de eu também entender que era assim é que levava ao Conselho. Portanto, o Conselho retificava, mas retificava mediante a opinião que era estudada pela Direção Financeira e que era vinculada por mim. Era assim que se funcionava na altura.

Havia um aspeto que me preocupou logo na altura, que foi o de saber até que ponto é que o Conselho de Gerência da Metro tinha poderes para assinar este tipo de contratos. Na altura, o gabinete jurídico que nos assessorava era o escritório Gonçalves Pereira, Castelo Branco & Associados, que já vinha de trás, do mandato anterior. Tivemos pareceres exaustivos desse gabinete jurídico em como o Conselho de Gerência da Metro podia assinar esses contratos. Portanto, foi isso que fizemos e foi esse o procedimento que sempre tivemos em todos os contratos.

Não sei se quer mais alguma informação...

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Muito obrigada. Queria agradecer as explicações.

No entanto, peço desculpa, poderá ter sido distração minha, mas acabei por não perceber e queria confirmar o seguinte facto: aquilo que dizem é que de todos os contratos *swap* que foram celebrados durante a vigência do vosso mandato apenas um se mantem inalterado e todos outros foram ou reestruturados ou cancelados. Podem, por favor, identificá-lo? É que isso ajuda à compreensão?

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires: — É um contrato que, salvo erro, diz respeito... Eu posso identificá-lo, porque tenho-o aqui. Obviamente que é com o banco que todos estamos a pensar, com o Santander, e é uma... Peço só uns instantes para procurar e ver se tenho aqui.

Pausa.

É um contrato para a reestruturação do BEI ML 1-2, feito com o Banco Santander Totta, *swap* de 30 de março de 2006, final de 15 de setembro de 2019 — portanto, este é o período de maturidade do próprio empréstimo —, tinha um indexante que era a 10 anos Euribor e ainda é o único que se mantém inalterado.

O Sr. Presidente: — Sr.ª Deputada, o cronómetro teve um pequeno lapso. O cronómetro ou nós!...

Risos.

Ainda dispõe de 5 minutos. Tem a palavra.

A Sr.ª Cecília Meireles (CDS-PP): — Obrigada, Sr. Presidente. Usarei com parcimónia esses 5 minutos.

Disse-nos — e é isso que é compreensível aqui — que o objetivo de celebração dos contratos *swap* era o de cobrir o risco da taxa variável. Ou seja, estamos no momento em que a expectativa é que a taxa suba ou as taxas a que os empréstimos estão indexados, designadamente a Euribor, venha a subir, e, portanto, naturalmente, para diminuir encargos financeiros

futuros e para eliminar o risco de subida para além de um determinado limite da taxa, são celebrados contratos *swap* que, na prática — interpretei eu, que sou leiga nisto —, transformam a taxa variável numa taxa fixa. São contratos, tanto quanto nos explicaram aqui alguns especialistas, chamados *plain vanilla*.

Era esse tipo de contratos que eram celebrados?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. José Maria Franco O'Neill: — Havia alguns contratos *vanilla*, ou seja, que eram de taxa de cobertura simples, e havia outros com estruturas um pouco mais complexas, mas sempre ligadas a indexantes de taxas de juro ou Euribor ou Libor.

Eram contratos que eram analisados pela Direção Financeira e depois eram propostos. Eram considerados estruturas confortáveis, não tinham indexantes ligados nem a *commodities*, nem a petróleo, nem a outras, eram só a taxas de juro, porque há sempre uma correlação entre taxas de juro. Portanto, esses contratos *plain vanilla*, de facto, em teoria, são os melhores, mas também paga-se mais caro, ou seja, para se ter esses contratos paga-se também mais caro. Portanto, na altura, entendeu-se que alguns desses contratos podiam ter estruturas um pouco mais complexas, porque os ganhos imediatos na altura eram maiores.

Também não se antevia, passados sete ou oito anos, que houvesse a crise mundial que houve, porque, no fundo, tanto quanto me recordo, esses contratos tinham sempre uma barreira à volta de 1,5%, abaixo da qual é que se começava a perder dinheiro. Por isso, as análises *forward* que se faziam na altura, de passar essa barreira de 1,5% para baixo, eram quase imprevisíveis. Aconteceu porque houve, de facto, uma crise enorme que

também ninguém previa, nem os mais reputados economistas. Foi só por isso. Portanto, a barreira era considerada confortável pela própria Direção Financeira da Metro que fazia essas análises. Se, de facto, os juros voltassem a subir para o patamar de 1,5%, deixava de ser perdas potenciais e voltava, se calhar, a equilibrar.

Aparte inaudível do Sr. Deputado do PCP Paulo Sá.

O Sr. Presidente: — Um momento, Sr. Deputado Paulo Sá. Já lhe dou a palavra a seguir, para se explicar.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Obrigada, Sr. Presidente.

Neste caso, por acaso, o Sr. Deputado Paulo Sá tirou-me as palavras da boca, porque eu estava exatamente a fazer o mesmo raciocínio que ele, mas já lá chego.

A minha questão é a seguinte: em relação a esses contratos mais simples, vamos esquecê-los por um momento, porque acho que estamos todos de acordo e todos percebem a sua racionalidade.

Aquilo que estamos a tentar perceber nesta Comissão é qual é a finalidade dos contratos em que se fazia algo mais para além desta cobertura da subida da taxa de juro e em que se jogava com variáveis diferentes. Qual é a justificação para se optar por esse contratos?

O que eu percebo da sua explicação é que se optou por estes contratos mais complexos, que incluíam outras variáveis para além da cobertura da taxa de juro variável, porque eles eram mais «baratos» do que os contratos mais simples. É assim? Ou seja: a contrapartida para o facto de estes contratos serem mais «baratos» era o facto de terem um risco maior

ou serem mais complexos e de indexarem a sua variação a outros elementos? É assim ou não é?

O Sr. Presidente: — Peço desculpa, mas tenho de ir-lhe dando a palavra porque isto tem tudo de ficar adequadamente registado.

Tem a palavra o Sr. Dr. O'Neill.

O Sr. Dr. José Maria Franco O'Neill: — Os indexantes eram sempre taxas de juro, seja da Euribor, seja do dólar, seja da libra. Não havia outros indexantes a não ser taxas de juro de moedas. Este foi um dos assuntos que na altura foi visto, tendo a Metro sido sempre aconselhada a fazer com esses indexantes. No fundo, acabava por haver sempre uma correlação entre as várias moedas. Não houve, portanto, outros indexantes a não ser estes, isto é, as taxas de juro de moedas. E o que se dizia, na altura, era que convinha não ficar só ligado à Euribor, precisamente para diversificar o risco, porque podia ter outras variações, e assim estávamos também ligados a outras moedas. Temos de recuar alguns anos e ver que isto era apresentado desta forma e que as análises que eram feitas — não era eu que fazia as análises, era a Direção Financeira, que, penso, tinha, de facto, capacidade para as fazer — era aquilo que sugeriam ao Conselho de Gerência da Metro.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Não tenho dúvida de que quando estes contratos eram apresentados eram-no como sendo bons. A questão é o que o futuro depois demonstrou. E, sobretudo, porque uma das coisas que disse é que se a taxa de juro voltar a subir voltamos a entrar

numa situação em que as perdas são inferiores ou que deixa de haver perdas, mas a verdade é que, quando temos um contrato que foi classificado como de *snowball*, como é o caso do contrato que já foi aqui enunciado, isso significa que quando há um qualquer fator anormal, ou que sai da série, e que leva a perdas, esse passado depois interessa para os *casw-flows*, mesmo depois disso.

Uma vez que a Metro do Porto falou disso, eu gostava de saber de quem era a iniciativa para a celebração de contratos *swap*: foi uma ideia da Metro de Lisboa ou foi uma ideia dos bancos, que vieram propor estes produtos, ou, indo um bocadinho mais longe, foi uma ideia da Metro de Lisboa ou foi também uma exigência dos bancos que faziam empréstimos à Metro de Lisboa?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. José Maria O'Neill.

O Sr. Dr. José Maria Franco O'Neill: — Exigência dos bancos comigo, pessoalmente, nunca houve e penso que com mais nenhum elemento do Conselho de Gerência e, muito menos, com o Sr. Presidente... Mas que os bancos faziam propostas, isso faziam..., e que por vezes era o diretor financeiro da Metro de Lisboa — e daí o Sr. Eng.º Mineiro Alves dizer que era importante ele também ser ouvido, porque era uma peça importante, pois estive lá muitos anos e conhecia muito bem as operações —, o Dr. José Ferreira de Melo, que vinha fazer algumas sugestões para se fazerem alguns desses contratos também e o que nós pedíamos, de facto, era para ele fazer essa análise e depois propor ao Conselho. Era assim que funcionava o esquema normal.

Mas geralmente havia sempre uma consulta pelo menos a três bancos. Quando um banco vinha fazer uma proposta, essa proposta não era

adjudicada diretamente; era feito o estudo e eram feitas consultas a outros bancos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Mas isso significa que quando a Metro de Lisboa precisava de se endividar — e já nos explicaram aqui que precisava de se endividar para pagar défice de exploração, para pagar encargos de financiamento e para pagar novo investimento —, quando precisava de se financiar, os bancos, que apresentavam propostas para esses financiamentos, para os empréstimos, condicionavam-nos à celebração de *swaps*, ou não?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. José Maria O’Neill.

O Sr. Dr. José Maria Franco O’Neill: — Que me recorde, não. Não tenho, de todo, essa indicação. Havia financiamentos que eram negociados pelos bancos, porque a Metro vivia, de facto, objetivamente, dos bancos para financiar os investimentos e a sua atividade, mas nunca senti de qualquer banco pressão para se fazer um ou outro contrato. Sei até, por pessoas com quem falo por vezes sobre outras situações, que em algumas empresas privadas os bancos negociavam contratos em que já vinham com *swaps* agarrados. Isso na Metro nunca aconteceu. Portanto, havia financiamentos e, a seguir, os bancos propunham *swaps* e nós tomávamos, de facto, o cuidado de, geralmente, se entendíamos que o *swap* era benéfico para a empresa, pelo menos numa ótica de curto/médio prazo (não estamos a ver a 10 anos, porque eu pelo menos não tinha essa capacidade),

adjudicar ou contratualizar os *swaps* com outros bancos que não o banco de origem do financiamento.

O Sr. Presidente: — Para continuar, tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Encerrando agora este bloco sobre os contratos propriamente ditos e passando à relação que tinham com a tutela, quer com a tutela setorial, que dizia respeito aos transportes, quer com a tutela das finanças, que imagino já existisse a essa época, a tutela do setor empresarial do Estado, pergunto: para além dos instrumentos de reporte formais que existem, havia um hábito ou alguma vez foi abordado o assunto específico da celebração de contratos *swap* com a tutela, quer com a tutela setorial, quer com a tutela das finanças?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Eng.^o Mineiro Alves.

O Sr. Eng.^o Carlos Alberto Mineiro Aires: — Com a das finanças não foi com certeza, porque eu, pelo menos, nunca tive qualquer contato com a tutela das finanças. Sei que, nomeadamente, ao nível da Direção Financeira, havia contatos e visitas. Não sei se aí aconteceu alguma coisa.

Quanto à setorial, obviamente, havia conversas. Aliás, havia bastante confiança política e pessoal entre os interlocutores e é natural que estas conversas surgissem...

Para além disso, como já referi, na estrutura que estava montada nos gabinetes, havia assessores dedicados, uns mais outros menos, a estas questões e a determinadas empresas, pelo que estas questões, obviamente, eram abordadas.

Repare numa coisa: os ganhos que foram obtidos num tão curto período de tempo nos custos financeiros da empresa, independentemente do que veio a acontecer depois de 2009, eram de tal maneira grandes que a questão não podia ser ignorada. Eu não o queria dizer, mas se não tivesse havido a crise financeira internacional e tudo o que aconteceu a seguir, isto é, se o mundo tivesse continuado a «carreirar» pela sua estrada que era aquela que naquela altura percorria, nós não estaríamos aqui hoje e, possivelmente, as pessoas que estiveram por trás destas decisões, quer a nível da gestão, quer a nível das tutelas, quer a nível de tudo, estariam até com outra imagem e haveria outra visão em relação a elas.

Portanto, não me passa pela cabeça — e falo por mim— que qualquer de nós tivesse tido a mínima intenção de vir a lesar o que quer que fosse ou a praticar atos que deram origem a perdas potenciais, como é dito hoje.

Portanto, a questão não foram apostas, não foram jogos disto ou daquilo! Foram sim, na altura, medidas cautelares e — até me permito qualificá-las assim — adequadas e com alguma sensatez para defender a empresa e o seu acionista de custos que podiam ser evitados.

Portanto, foi isso certamente que, no caso do Metropolitano — e, suponho, no caso da generalidade das empresas, porque isto tem outra dimensão —, pautou o pensamento e as decisões das pessoas que tiveram influência na sua contratação. A questão é essa.

Volto a dizer que nunca fomos condicionados por bancos a fazer *swaps*. No caso da Metro, eles não exigiam *swaps* para fazer empréstimos. A seguir apareciam a sugeri-los ou a tentar fazê-los e, portanto, havia uma tentativa de equilibrar esses contratos de financiamento para que os custos do *funding* não viessem a disparar, conforme aconteceria se na altura não tivessem sido feitos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Cecília Meireles.

A Sr.^a Cecília Meireles (CDS-PP): — Sr. Engenheiro, gostava que ficasse claro que não é de modo algum minha intenção insinuar, e muito menos afirmar, que houve alguma intenção, quer do Conselho de Administração a que presidiu quer de outros conselhos de administração, de lesar o erário público. O que esta Comissão pretende apurar é porque é que isto aconteceu e porque é que o erário público foi de facto lesado. É evidente que não me passa pela cabeça que a intenção fosse provocar perdas. Mas a verdade é que o que está a acontecer agora é que nós tanto temos perdas potenciais avultadas como temos perdas já reais, embora com um desconto substancial, face às perdas potenciais.

Também sei que avaliar o passado com os olhos do presente é sempre mais fácil do que avaliar o passado com os olhos do passado... Isto para mim é um pressuposto nas perguntas que lhe estou a fazer.

Para terminar, porque o tempo já está a acabar, o que lhe pergunto é: objetivamente, a opção por produtos desta natureza que envolvessem maior complexidade e maior risco levava, no imediato, a encargos financeiros mais baixos?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Eng.^o Carlos Alberto Mineiro Aires.

O Sr. Eng.^o Carlos Alberto Mineiro Aires: — Com a sua autorização, vou pedir ao Sr. Dr. José O'Neill que dê a resposta, porque, na verdade, na altura não estive nestas negociações nem nestas apreciações, pelo que gostaria que fosse ele a responder.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. José Maria O’Neill.

O Sr. Dr. José Maria Franco O’Neill: — Como já referi, estas matérias mais de pormenor, não era eu que as estudava. Havia uma Direção Financeira na Metro que fazia essas análises minuciosas, fazia as análises *forward* e, depois, vinha com as propostas que entendia serem as melhores para a Metro. A verdade é que, por vezes, também discutia esses assuntos com o Dr. José Ferreira de Melo antes de as levar às reuniões do Conselho de Gerência. Mas penso que esses estudos deverão estar nos *dossiers* da Metro para suportar as decisões que foram tomadas na altura. Aliás, a própria IGGF refere que os *dossiers* da Direção Financeira estavam bem organizados, pelo que não posso dizer mais do que isso.

Sei que, na altura, de facto, essas decisões eram analisadas e o Dr. Ferreira de Melo trazia os assuntos estudados. Sinceramente, não posso agora, ao fim de 10 anos, recordar-me desses documentos.

O Sr. Presidente: — Vamos agora passar ao Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar o Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Alves, assim como o Dr. José Maria Franco O’Neill.

Hoje de manhã tivemos aqui o Presidente do Conselho de Administração da Metro de Lisboa que vos antecedeu no exercício do cargo de 2002 a 2003, o Dr. Frásquilho, que nos informou que a Metro de Lisboa tinha, no seu tempo, uma estratégia de contratação de *swaps* conservadora, sendo esta uma palavra minha, e não dele, mas que queria significar que só contratavam *swaps* simples do tipo *vanilla*. E esta

informação é confirmada pelos documentos que nós possuímos e que foram entregues pelo Governo.

Aquando da tomada de posse da nova administração, a partir de 2003, com o Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires à frente, há uma mudança de estratégia e a empresa passa a adotar não uma estratégia conservadora de contratação de *swaps*, mas uma estratégia de elevado risco. E isso pode ser comprovado da seguinte forma: dos *swaps* que foram contratados pela anterior administração sete sobreviveram e encontravam-se ativos a 31 de dezembro do ano passado e, desses sete, três, que eram simples, mantiveram-se simples, não foram reestruturados, e tinham um valor de mercado negativo no final do ano passado de 10 milhões de euros; os outros quatro, que inicialmente, quando foram contratados, eram simples, parte deles foi reestruturada no vosso período, tornando-se complexos e de elevado risco, e esses tinham, na mesma altura, em finais do ano passado, 295 milhões de euros de prejuízo, portanto, de perdas potenciais. Ou seja: os simples que continuaram simples tinham, em média, 3 milhões de euros de perdas potenciais; os simples que foram reestruturados e que se tornaram complexos tinham perdas potenciais, em média, por contrato, de 73 milhões de euros. Isto reflete muito bem a mudança de estratégia.

Gostaria de perguntar-lhe como é que justifica esta mudança de estratégia de passagem de contratação de *swaps* simples, de estrutura de fácil compreensão, de risco moderado, para uma estratégia de contratação de *swaps* complexos de elevado risco e cuja evolução futura a empresa não controlava.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Mineiro Aires.

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires: — Sr. Deputado, voltando à minha intervenção inicial, sou totalmente incapaz de dar resposta a essa pergunta, porque não houve qualquer orientação estratégica para deixar de ser assim. Os produtos eram negociados, como eu já disse, pela mesma pessoa que negociou os anteriores, que era o diretor financeiro do Metropolitano. Se houve uma alteração dos procedimentos, já aqui manifestei a falta de conhecimentos nesta área financeira para os poder avaliar e, portanto, apenas quero dizer que não houve nenhuma orientação expressa do Conselho nem nenhuma qualquer vontade para passar de produtos mais fáceis para outros mais complicados, como o Sr. Deputado acaba de referir.

Portanto, uma vez mais, lamento não estar aqui o diretor financeiro da Metro de Lisboa, pois talvez lhe coubesse a ele dizer por que razão, naquele tempo, tomou determinadas opções que sugeriu à administração.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Permita-me discordar do que acabou de dizer. Nós não precisamos aqui de diretor financeiro. Temos aqui o Presidente do Conselho de Administração e, pelo que entendo, é o Presidente do Conselho de Administração e o Conselho de Administração que são responsáveis pela Metro de Lisboa e não o diretor financeiro. Ele terá as suas responsabilidades, mas a responsabilidade final cabe aos senhores, independentemente de as propostas que ele fez terem sido as que foram.

Portanto, insisto nesta questão: o senhor diz que não teve conhecimento de qualquer mudança estratégica, mas reconhece que, logo em 2002 e 2003, três *swaps* que vinham da administração anterior (e refiro

aqui, para efeitos de registo na ata, que os mesmos são identificados no relatório do IGCP com os n.ºs 16, 26 e 46) foram reestruturados, tornando-se estruturas de elevada complexidade, isto é, *snowballs*, que acumularam, só estes três, 277 milhões de euros, em 31 de dezembro do ano passado.

Então, como é que aconteceu que *swaps* simples tenham sido transformados em *swaps snowball*, que acumularam perdas elevadíssimas, sem que o Conselho de Administração e o seu presidente saibam disto? Alguém andou a enganá-lo durante este tempo? Terá sido o diretor financeiro ou outra pessoa qualquer?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Eng.º Mineiro Aires.

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires: — Sr. Deputado, em que anos foram feitas essas reestruturações de que fala?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Em setembro de 2002, em julho de 2003, ou seja, em pleno mandato do Sr. Engenheiro...

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires: — Nessa altura, ainda não estávamos em funções. Nós entramos em 14 de outubro de 2003.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Peço desculpa, olhei para o sítio errado quando fiz a pergunta e enganei-me nas datas. Foi em julho de 2005, em setembro de 2005 e em março de 2006. Estas são as datas das

reestruturações destes três *swaps* que acabei de referir e, nesta altura, sim, o Sr. Engenheiro estava em pleno exercício das suas funções.

Lamento o lapso.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Eng.º Mineiro Aires.

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires: — Sr. Deputado, confesso que não tive acesso a qualquer documentação, não tenho informação, mas passo a palavra ao Dr. José O'Neill, caso ele queira complementar alguma dessas questões.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. José O'Neill.

O Sr. Dr. José Maria Franco O'Neill: — Agora, não posso precisar o que se passou, é difícil estar a recuar estes anos todos. Sei que não foi dito objetivamente que ia haver uma alteração de estratégia em relação à contratação de *swaps*. Portanto, trata-se de estruturas que possivelmente foram apresentadas para reconverter *swaps* ou empréstimos antigos e que, como eu disse, foram analisadas e estudadas. E penso que essas operações eram conhecidas por diversas entidades, inclusivamente pela IGF, que, nos relatórios que elaborou, nunca chamou a atenção para a complexidade dessas operações.

Na altura, nós não éramos obrigados a fazer o reporte destes contratos. Mas o facto de não sermos obrigados não quer dizer que não o fizéssemos, tanto no relatório e contas como nas várias reuniões que tínhamos com a comissão de fiscalização, que tinha de fazer relatórios trimestrais, como com a IGF, que, por vezes, passava semanas ou meses na

Metro de Lisboa e nunca nos chamou a atenção para qualquer dessas operações.

O Sr. Deputado diz que nós tornámos as operações mais complexas do que elas eram anteriormente. Ora, nem os assessores dos Ministérios, nem os assessores das Secretarias de Estado, nem a Direção-Geral do Tesouro, nos confrontaram com essa questão, jamais o fizeram. Também se tivéssemos sido confrontados, teríamos atuado de forma imediata e tentado corrigir — ou nós ou os membros do Conselho que se seguiram.

E, se o Sr. Deputado tem esses números, não ponho em causa o que está a dizer, mas o facto é que eu tinha o pelouro das finanças, como tinha também outros pelouros (como os de estudos e planeamento e de informática), e tinha plena confiança na Direção Financeira, nos estudos que eram feitos e nas propostas que eram apresentadas. E também nunca tivemos um único alerta de qualquer entidade.

Como o Eng.º Mineiro Aires já informou, nós «atravessámos» três ministérios e nunca um assessor de um ministro ou um assessor de uma Secretaria de Estado ou da Direção-Geral do Tesouro ou da Inspeção-Geral de Finanças, nunca ninguém nos alertou para o facto de essas operações serem ou não complexas, nunca tivemos esse alerta.

Daí, possivelmente, não termos tomado qualquer decisão sobre elas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Eng.º Carlos Mineiro Aires, pergunto-lhe o seguinte: na Metro de Lisboa, quem é que definia a estratégia financeira da empresa, quem é que aprovava os contratos e quem é que os assinava? Era o Governo, era outra entidade qualquer ou eram os membros do Conselho de Administração?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Eng.º Mineiro Aires.

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires: — Sr. Deputado, eram os membros do Conselho de Administração e, nos casos em que houve necessidade de prévia autorização, eram previamente autorizados pela tutela.

Aliás, eram aprovados, sendo que as atas delegavam a sua assinatura em dois administradores ou em qualquer um dos administradores e no diretor financeiro.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Tenho de insistir nesta questão: um *swap* simples, que vinha da administração anterior, foi reestruturado em 23 de setembro de 2005. E o contrato de reestruturação deste *swap*, que é um *snowball* de elevada complexidade e risco, tem duas assinaturas, a saber, as do Eng.º Carlos Mineiro Aires e do Dr. José Maria O'Neill.

Portanto, os senhores assinaram este contrato, como assinaram os contratos referentes às reestruturações dos *swaps* identificados no relatório do IGCP com os n.ºs 16 e 46, assim como contrataram mais 17 *swaps*, durante o vosso período de gestão, a maior parte dos quais de elevada complexidade e risco, a saber, *snowballs*, *steepeners* e coisas deste género.

Assim sendo, temos de concluir, com base na documentação que aqui temos disponível, que tem a vossa assinatura e que são documentos fornecidos pelo Governo (presumimos, portanto, que não são falsificações), que houve uma mudança clara de estratégia.

Até ao início do vosso mandato, o Dr. Frاسquilho e os restantes membros do Conselho de Administração só contrataram *swaps* simples (isso é confirmado pelos elementos que temos) e, a partir de 2003, quando assumiram funções, os *swaps* passam a ser essencialmente *swaps* complexos, do tipo *snowball* ou *steepener*.

Portanto, como é que podem negar que houve uma mudança de estratégia? Se não têm consciência dela, como é que uma coisa destas ocorre perante o olhar dos membros do Conselho de Administração e eles nem reparam?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Eng.º Mineiro Aires.

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires: — Estou agora a tomar conhecimento dos documentos que o Sr. Deputado mostra...

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Tomou conhecimento na altura em que os assinou!

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires: — Como?

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Na altura, assinou-os!

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires: — Estou agora a recordar, porque não sei exatamente o que assinei. É que as deliberações eram tomadas, depois os documentos eram levados para assinatura e obviamente que, quando assinava esses, assinava mais 20 ou 30..., ou seja, isso resultava de uma deliberação, porque isso não era assinado na altura,

durante a reunião do Conselho. Isso eram documentos que eram aprovados e que vinham depois para assinar.

Agora, o que posso garantir ao Sr. Deputado e a esta Comissão é que efetivamente não houve qualquer orientação para mudar uma estratégia nos produtos que estavam contratados.

Houve, sim, da parte da Direção Financeira a apresentação de sugestões de contratos, cujo conteúdo confesso que não tinha qualquer capacidade para poder apreciar, porque essas coisas para mim, agora depois da crise e da queda da Euribor, até foram de certo modo uma surpresa. Portanto, na altura, não tive qualquer manifestação ou sentimento de desconfiança relativamente ao que estava a ser apresentado.

Aliás, suponho que isso me aconteceu a mim, como aconteceu aos outros quatro membros do Conselho de Administração que os aprovaram. Os contratos não eram assinados sem ser aprovados e resultaram de aprovações unânimes e colegiais. Portanto, o facto de estarem assinados por mim e pelo Dr. José O'Neill... Possivelmente, haverá outros que estarão assinados por outras pessoas, não sei... Aliás, também só faltaria que o Presidente do Conselho de Administração se recusasse a assinar uma coisa que tinha sido aprovada no Conselho! Isso não faria muito sentido, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Engenheiro, este contrato que o senhor assinou, juntamente com o Dr. O'Neill, só por si, tem perdas potenciais, registadas no ano passado, de 204 milhões de euros — isto é muito dinheiro!

E penso que o senhor terá dito (mas, se não disse, tem a oportunidade de me corrigir agora) que assinou este contrato sem ter conhecimento ou consciência das implicações e dos riscos que estava a correr. O departamento financeiro apresentou-lho, o senhor apôs a sua assinatura e não tinha consciência do que estava a assinar. Repito, não estamos a discutir detalhes, pois só este contrato — e só este, porque há muitos outros assinados pelo senhor — tinha perdas potenciais de 204 milhões de euros que se podem traduzir em perdas potenciais que vão ser pagas pelos portugueses.

Nesse sentido, pedia-lhe um esforço de memória para se lembrar se, quando assinou isto, sabia o que estava a assinar e se tinha consciência dos riscos que estava a assumir. E falaremos, a seguir, dos riscos que o senhor assumiu ao assinar este contrato.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Eng.º Mineiro Aires.

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires: — Sr. Deputado, não sei se conseguem ver neste gráfico a zona correspondente ao mandato deste Conselho. Ora, nunca ninguém previu que, a seguir, houvesse uma baixa tão grande da taxa de juro.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — A banca previu!

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires: — A banca?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Paulo Sá, deixe o inquirido responder, por favor.

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires: — Se a banca previu, isso entra noutra campo que me escuso de comentar, porque não tenho conhecimentos para o fazer. Nem sequer quero entrar por um caminho desses, porque, nessa altura, isso já configura uma questão de falta de ética e uma tentativa de enganar o outorgante ou o contratante.

Agora, se nessa época porventura existisse qualquer suspeição em relação às previsões que a banca podia ter em 2005, quando o cenário das taxas de juro se manteve durante mais quatro anos, isso é realmente muito grave. É muito grave que, sabendo com antecedência que haveria uma crise quatro anos depois, a banca tivesse insistido em tentar enganar incautos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Vou, então, recordar-lhe o contrato que o senhor assinou e que, até recentemente, teve perdas potenciais de 204 milhões de euros.

De acordo com este contrato, a Metro de Lisboa recebia Euribor a 6 meses, acrescida de um *spread* negativo pequeno. Em troca, a Metro de Lisboa pagava uma taxa fixa, até 2009, de 1,25% e, a partir daí, de 2,55%. Parecia um bom negócio, a Metro de Lisboa recebia mais do que pagava.

No entanto, foi acrescentada uma cláusula que fazia depender o que a Metro paga da evolução futura da Libor a 3 meses. E previa que, se a Libor descesse abaixo de 1,5%, então, a diferença entre a Libor e a taxa de 1,5% seria acrescentada ao *spread*, num efeito de «bola de neve», ou seja, todos os cupões seriam acrescidos deste valor.

Portanto, a banca imaginou que a Libor poderia descer abaixo de 1,5% e até meteu aqui na fórmula isto que faz refletir essa possibilidade. E

esta possibilidade concretizou-se: a partir de janeiro de 2009, a taxa da Libor desceu abaixo de 1,4% e, a partir daí, manteve-se abaixo de 1,4%.

Por isso, a taxa que inicialmente era de 1,25% e, depois, passou para 2,55% foi crescendo e, de acordo com as nossas estimativas, estará atualmente em cerca de 25%.

Portanto, os senhores, para terem ganhos imediatos, correram um risco tremendo: o de que a Libor descesse abaixo de 1,5%. Esse risco materializou-se e isso representou para os contribuintes uma perda de 200 milhões de euros.

Assim, pergunto-lhe se considera isto, ou seja, assumir estes riscos que podem traduzir-se em perdas potenciais e prejuízos tão grandes para os contribuintes, uma estratégia de gestão adequada, ainda por cima, como referiu, sem ter a consciência exata daquilo que estava a assinar, porque não era especialista na área financeira.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Eng.º Mineiro Aires.

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires: — Antes de passar a palavra ao Dr. José O'Neill, queria reafirmar aqui que, pelo menos da minha parte, não havia consciência, nem previsão de que estas coisas acontecessem. Em segundo lugar, também não havia conhecimento da minha parte, possivelmente por confiança em demasia, desses detalhes e dessas questões que motivaram o que o Sr. Deputado referiu.

Acresce que, naquela altura, mesmo que se tentassem obter as devidas explicações ou as devidas previsões em relação a isso, certamente que teríamos muita dificuldade em «cenarizar» o futuro dentro de quatro anos.

É óbvio que não posso estar agradado com o que ouço, mas confesso que a motivação que esteve subjacente à realização desse contrato, independentemente do seu conteúdo, estava longe dos resultados a que conduziu hoje.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. José Maria O’Neill.

O Sr. Dr. José Maria Franco O’Neill: — Quero só acrescentar que esse contrato está aí, está assinado, mas o relatório da IGF sobre o passivo oneroso da Metro, feito em 2008, não faz referência a esses contratos. Esse relatório diz que, em termos gerais, a gestão para cobertura das taxas de juro feita pelo Conselho de Gerência do Metropolitano da altura era a mais eficaz e a mais adequada, se bem que podia detetar alguns riscos em alguns contratos; mas não alertava da forma como o Sr. Deputado está a referir e que está no contrato.

Passados 10 anos, ao vermos como é que, na altura, decidimos, de facto, o contrato está assinado, mas dizer que tínhamos a consciência de que daí a 10 anos podia haver uma crise e que, portanto, podíamos ter essas perdas potenciais estava completamente fora.... Fizemos os contratos convictos de que, na altura, era o melhor para o Metropolitano. O risco de poder acontecer uma crise como aconteceu era diminuta, mas, depois, acontecendo, se calhar, quem estava na gestão ou no Governo podia tomar as medidas mais adequadas para tentar renegociar esses contratos, se, de facto, não estavam em condições.

Como disse, em 2008 — esses contratos já tinham sido assinados há três anos —, não vem uma única referência, nem os relatórios da IGF nem nos relatórios do Tribunal de Contas, a esses contratos. Não vem uma única referência!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá para interpelar a mesa.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, visto que analisámos tão detalhadamente este contrato, pedia-lhe que fizesse distribuir ao Sr. Eng.º Carlos Aires e ao Sr. Dr. O'Neill cópia do mesmo, para que, entretanto, o possam analisar melhor e compreender que não poderia ter havido esse relato, porque até 2009 a taxa era fixa e igual a 2,55%; os riscos eram só posteriores a 2009, portanto, só se materializaram depois de ter saído das funções.

Agradecia, portanto, que pudesse ser distribuída cópia do contrato, até para que o Sr. Engenheiro e o Sr. Doutor possam lê-lo com mais atenção, porque vou voltar a esta questão na segunda ronda, quanto a estes e outros contratos, e preferia que tivessem tempo de ler e analisar o documento para poderem responder com mais rigor às questões que vou colocar.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o contratado será fotocopiado e distribuído.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Sr. Presidente, antes de mais, quero agradecer a presença do Sr. Eng.º Carlos Aires e do Sr. Dr. José O'Neill. Quero também pedir desculpa por não ter estado presente desde o início da reunião, uma vez que estava numa outra reunião de comissão. É possível, por isso, que possa repetir alguns aspetos que já tenham referido,

mas é um problema que decorre da existência de vários trabalhos em simultâneo.

Sr. Engenheiro, referiu aqui, se não estou enganada, que passou por várias tutelas, ou seja, por vários Ministros — Mário Lino, António Mexia, Carmona Rodrigues. Gostava de saber, em primeiro lugar, se a informação sobre estes contratos *swaps* alguma vez foi enviada às tutelas de alguma forma.

Em segundo lugar, gostava de saber se estes contratos *swaps* foram refletidos nos relatórios e contas da empresa, quer a sua contratação quer a sua contabilização por justo valor. Sei que houve uma alteração contabilística e que antes não se obrigava, mas pergunto se isso era feito ou se esse cálculo existia sequer.

O Sr. Engenheiro referiu aqui também que estas operações eram conhecidas por diversas entidades. Gostava de saber que entidades é que conheciam estas operações, se as conheciam todas e a partir de quando. Portanto, gostava de saber a quem foi dada informação sobre os contratos feitos durante os anos em que estiveram à frente do Metro de Lisboa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. José Maria O'Neill.

O Sr. Dr. José Maria Franco O'Neill: — Havia reuniões com os assessores dos vários ministros, com a Direção-Geral do Tesouro e com a Inspeção-Geral de Finanças. O Metro tinha também consultores que iam acompanhando a gestão com base no programa de reestruturação do ML.

Portanto, é impensável que, tendo sido feitos, na altura, vários contratos de *swaps*, a tutela pudesse não ter conhecimento destes contratos. Porque a tutela, muitas vezes, estava dentro do Metro e tinha informação daquilo que se passava.

Por outro lado, a comissão de fiscalização, que integrava o ROC do ML, fazia *reporting* trimestrais à tutela da gestão do conjunto do Metropolitano de Lisboa e também da gestão financeira. Portanto, a própria comissão de fiscalização tinha conhecimento destes contratos e, penso, também informava a tutela.

Portanto, direta ou indiretamente, a tutela estava informada de todos estes contratos. E tanto assim é que, nos relatórios que mais tarde viemos a ler, eles referem que tiveram conhecimento desses contratos, ou seja, que havia esta política de contratação.

Portanto, havia financiamentos subjacentes, que estavam avalizados pelo Estado, e, depois, para tentar melhor as condições desses financiamentos, faziam-se estes contratos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Então, posso concluir que a tutela tinha conhecimento destes contratos?

O Sr. Dr. José Maria Franco O'Neill: — Não havia uma informação direta e objetiva à tutela, mas que a tutela tinha deles conhecimento, até com base nos relatórios e contas, onde os contratos eram referidos, em que era referido que havia as contratações destes empréstimos... E a Inspeção-Geral de Finanças passava muito tempo no Metro, na área financeira, via tudo o que lá se passava. Portanto, é impensável que a tutela pudesse não saber que existiam. Aliás, a própria comissão de fiscalização, que era um organismo autónomo e que reportava trimestralmente à tutela, reunia com o

Conselho de Gerência e com a Direção Financeira, e, portanto, com certeza, também reportava essas situações à tutela.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Como disse, no início da reunião eu não estava presente, mas parece que o Sr. Eng.^o Carlos Aires terá dito na sua intervenção inicial que ficou surpreendido com as práticas financeiras do Metro de Lisboa quando chegou à administração. Gostaria que me explicasse qual foi a surpresa, o porquê da surpresa, portanto, qual o motivo dessa afirmação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Eng.^o Carlos Aires.

O Sr. Eng.^o Carlos Alberto Mineiro Aires: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, a surpresa fundamental veio quando tive conhecimento, quando me inteirei de como funcionava a tesouraria e o financiamento do Metropolitano.

O Metro era uma empresa que se endividava para pagar dívida, portanto, sistematicamente, como a bilhética não cobria os custos operacionais, tinha de arranjar dinheiro para cobrir a diferença entre a bilhética e os custos operacionais. O Metropolitano não tinha dinheiro para financiar a construção de novas infraestruturas. Recordo que, antes de estarmos em funções, houve um período de grande expansão do Metropolitano, sendo que toda essa expansão foi feita através do recurso a financiamentos.

Finalmente, os encargos financeiros que o Metro tinha do passivo remunerado eram de tal maneira avultados que o Metro tinha de se endividar para pagar juros.

Portanto, para mim, isto constituiu um quadro perfeitamente novo, porque nos sítios por onde eu tinha andado — não foram muitos — nunca tinha tido contacto com uma realidade destas; era uma realidade completamente diferente.

Já referi que, num quadro desses, era uma empresa desequilibrada — suponho que ainda se manterá assim até hoje, ou até há pouco tempo —, era uma empresa que todos os anos contraía novos empréstimos avultadíssimos para autofinanciar-se e era uma empresa cujo modelo de financiamento, cuja saúde financeira e de tesouraria não merecia... Não vou dizer que não merecia, mas o acionista único não tinha condições para poder acudir-lhe e, portanto, ia-se gerando empréstimos e dívidas sucessivas para acolher às dívidas anteriores.

No fundo, esta foi a grande surpresa que tive. Tive outras, claro, de que já falei aqui há bocado! Na parte a que me dediquei mais, que foi a parte dos investimentos, das obras, etc., fui confrontado com a incapacidade de fechar empreitadas, com a incapacidade de apurar coisas na sequência de uma auditoria feita pelo Tribunal de Contas, porque havia alguma deficiência na organização interna da própria empresa. Procurámos corrigir isso, e penso que aí tivemos algum sucesso.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Nos três anos em que estive à frente da empresa, temos informação de que realizou 17 contratos *swaps*.

Estavam todos ligados a financiamento ou havia contratos que não estavam ligados a contratos de financiamento?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. José Maria O’Neill.

O Sr. Dr. José Maria Franco O’Neill: — Penso que estavam todos ligados a financiamento. Os contratos de *swaps* do Metro, pelo que tenho conhecimento, estavam todos ligados a financiamentos, tinham sempre financiamentos subjacentes.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — E qual era o objetivo desses contratos *swaps*?

Foi referido que noutras empresas, como no caso da Metro do Porto, era mesmo exigência contratual que os contratos *swaps* fossem feitos como condição necessária para a concessão de empréstimos. Neste caso, pelo que pude perceber até agora, esses contratos *swaps* não eram uma imposição da banca. Portanto, era uma escolha da empresa realizar esses contratos relativamente aos empréstimos que tinha contraído nos bancos nacionais e internacionais.

Qual foi o objetivo da contratação de 17 *swaps* durante os três anos em que estiveram à frente do Metro?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. José Maria O’Neill.

O Sr. Dr. José Maria Franco O'Neill: — O objetivo era sempre melhorar as condições dos contratos podendo pagar menos juros. No fundo, o único objetivo era pagar menos juros.

O Metro tinha um passivo enorme, de 2500 milhões de euros, tinha muitos empréstimos e havia uma gestão dinâmica da carteira de empréstimos do Metro. Portanto, ou através da Direção Financeira ou através de propostas dos bancos, havia uma gestão quase diária da situação dos vários empréstimos, só no sentido de melhorar a taxa de juro e de eliminar o risco. No fundo, era esta a situação.

O Sr. Presidente: — Faça o favor de continuar, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — O objetivo da contratação de instrumentos financeiros e derivados financeiros no Metro de Lisboa não era a cobertura de risco de taxa de juro mas, sim, a obtenção de ganhos financeiros e mais-valias financeiras, ou redução de custos financeiros, através de uma gestão ativa destes derivados.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. José Maria O'Neill.

O Sr. Dr. José Maria Franco O'Neill: — Era uma gestão dinâmica da carteira de empréstimos que havia, podendo cobrir o risco da subida da taxa de juro e obter também ganhos nos contratos. Portanto, como se veio a verificar ao fim dos três anos, apesar de o passivo oneroso do Metro aumentar, houve uma baixa dos encargos financeiros, e isto só era possível com uma gestão quase diária desses empréstimos. Aliás, as entidades independentes que observavam a gestão corrente do Metro faziam

referência a que a empresa Metro tinha uma gestão dinâmica da carteira de empréstimos e que conseguia, através desses mecanismos, dos *swaps*, ir reduzindo o impacto dos encargos financeiros.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Eu explico a razão da minha pergunta. É que, em muitos casos, inclusive no caso da anterior administração do Metro de Lisboa, várias vezes nos foi dito que o único objetivo da contratação de *swaps* era o de proteger de variações de taxas de juro. Inclusive, tivemos aqui várias pessoas que nos disseram acharem menos legítima a obtenção de ganhos financeiros, que, tratando-se de empresas públicas e não sendo o seu objeto social a atividade financeira, achavam menos prudente usar derivados financeiros para obter ganhos financeiros e não apenas como medida de proteção de risco.

Concluo, pelo que me disse agora, que é essa opção por uma gestão dinâmica e ativa da carteira que leva a que se reestruem três contratos *swaps plain vanilla*, portanto, com estruturas simples de substituição de taxa variável por taxa fixa com o objetivo de proteção de cobertura de variações de taxas de juro, por três *swaps snowball*, com estruturas complexas mas com possibilidades de ganhos bastantes maiores.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. José Maria O'Neill.

O Sr. Dr. José Maria Franco O'Neill: — Sr.^a Deputada, não posso estar agora a dizer que, na altura, quando se fizeram essas negociações estávamos a prever que, ao fim de 10 anos, podia acontecer o que está a acontecer, porque então não tínhamos assinado os contratos!...

De facto, o Metropolitano tinha uma situação desequilibrada entre taxas variáveis e taxas fixas e, portanto, a ideia era, de facto, aumentar o mais possível as taxas fixas, reduzindo as taxas variáveis, para estar a coberto de uma subida das taxas de juro. Portanto, essa situação que veio a acontecer deu-se por causa de uma crise que ninguém esperava que pudesse vir a acontecer, que foi esta crise mundial que se deu a partir de 2008, 2009. Se não fosse isso, se calhar — mesmo a acontecer o que aconteceu — também a situação era mínima na análise que se fez na altura.

Portanto, compensava à Metro fazer esses contratos para tentar ter ganhos e poder reduzir o peso dos encargos, porque o passivo da Metro era gigantesco. Se pudéssemos, de qualquer forma, ir reduzindo já não digo o passivo, porque ele ia aumentando, mas os encargos financeiros, entendíamos que essa era a política correta. Aliás, essa política foi, de alguma forma, sugerida pela Direção Financeira da altura, que já tinha muitos anos de casa, e foi também referido nos vários relatórios de entidades independentes como sendo uma política que a Metro fazia e que acabou por dar alguns resultados positivos no momento. Agora, 10 anos depois, era difícil prever... Não tínhamos essa capacidade de prever o que podia acontecer 10 anos depois.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Mineiro Aires.

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires: — Sr.^a Deputada, gostava de fazer só o que penso ser uma observação, porque de acordo com a nossa ata do Conselho de Gerência do dia 16 de junho de 2005 foram efetivamente fechadas cinco operações, ou cinco *swaps* que se referem (e estou a citar) «a cinco operações *swap* fechadas com o Espírito Santo

Investment em 6 de março de 2003, uma em 6 de março e quatro em 24 de setembro de 2003».

Portanto, suponho que estas cinco operações foram fechadas pelo conselho anterior e, segundo o que a ata refere, só houve condições de assinar o tal *ISDA master agreement* nesta altura.

Estes cinco *swaps* estavam, efetivamente, contratados pela empresa no conselho anterior e a carta de confirmação foi, efetivamente, assinada por nós. Portanto, daqueles 17, há que retirar estes 5 que, à data, já constituíam obrigações da empresa. Isto é uma precisão que pode ser apurada com uma informação. Como volto a dizer, o único acesso que tenho foi através da *Internet* e através das atas, o que me leva a concluir que nos limitámos a ter de subscrever uma carta em relação a cinco operações que estavam fechadas desde março de 2003 a 24 de setembro de 2003, portanto, anterior ao nosso mandato.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Disse que havia um desequilíbrio na carteira da Metro de Lisboa, uma predominância da taxa variável, e que era necessário aumentar a taxa fixa para conseguir equilibrar a carteira.

Tal como acontece com os restantes contratos, — e falo só de contratos feitos em 2005, quer viessem ou não substituir outros — um desses contratos tem uma «perna» a receber, indexada à Euribor e, portanto, variável, e tem uma «perna» a pagar com a seguinte fórmula: cupão anterior + Máx (Euribor 3M — 8%, 0%) + Máx (1,5% — USD Libor 3M, 0%).

Confesso-lhe que também não percebo muito bem, tenho de fazer as contas, mas sei várias coisas: que esta USD Libor é a taxa usada no mercado londrino para empréstimos em dólares, e que, portanto, não tem a ver nem com o mercado europeu nem com o português, onde se fazem os contratos, nem com a moeda em que se fazem os contratos portugueses.

Também sei outra coisa: é que esta fórmula é uma taxa variável e que tudo o que foi feito foi trocar uma taxa variável por uma variável, o que, como percebe, de acordo com o argumento de que havia um desequilíbrio e que era necessário ter mais taxas fixas, o que foi feito foi trocar uma variável por outra variável mais volátil e, portanto, pergunto-lhe qual o racional para trocar uma variável por outra variável ainda mais complexa.

O Sr. Presidente: — Sr. Doutor, tem a palavra.

O Sr. Dr. José Maria Franco O'Neill: — Dada esta situação, também não estou em condições de dar..., nem tenho o contrato. Penso que é matéria, na minha opinião, que o diretor financeiro da Metro da altura pode explicar muito melhor do que eu... Com certeza que ele não aprovou isso sozinho — fez a proposta, estudou-a, analisou-a e de certeza que foi transmitida por mim ao Conselho de Gerência, onde foi aprovada.

Ao fim de sete anos não estou em condições de me estar a relembrar do contrato com tantos detalhes. Se não estou, não vou dar resposta a isso, mas gostava, de facto, que o diretor financeiro da Metro pudesse dar... Ele tem, com certeza, as situações todas...

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, tem a palavra.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Longe de mim querer forçar a memória, até porque isto não é um teste à memória de ninguém, mas é, de facto, uma inquirição sobre as decisões tomadas na altura e podemos dizer: «Bom, não sabíamos o futuro». Posso-lhe dizer, com toda a segurança que, num prazo de 20 anos, vamos ter mais uma crise financeira. Eu consigo prever isto, porque estamos a falar de contratos com maturidade de 20 anos e, portanto, a probabilidade de, durante esse tempo, haver um problema financeiro, é muito grande. E o que é facto é que estes contratos não só tinham esta característica *snowball*, em que uma vez que o cupão começa a crescer nunca mais acaba, não tinham *caps* nem *floors*, não tinham limites nem máximos nem mínimos para perdas. Portanto, uma vez que a perda começasse, era impossível parar.

O que se pedia a uma administração não era que conhecesse a fórmula em pormenor, mas que soubesse se estes contratos tinham risco ou não, qual o tipo de risco e se tinham limites ao risco que podia correr, porque muitas vezes falamos aqui quando é que um *swap* é bom ou quando é mau — quando estamos a falar de gestão pública, um *swap* não é bom por dar muito dinheiro, mas é bom se proteger de riscos, o que estes contratos não fizeram.

Pergunto, mais uma vez, se alguma vez a questão dos riscos foi abordada, se alguma vez foram discutidos os mecanismos para travar riscos, se foram feitas simulações para o caso de algo acontecer, na eventualidade de, em 20 anos, que é a maturidade destes contratos, as taxas poderem descer abaixo de uma banda de 3% de variação, o que é bastante provável.

Gostava de saber se isto, de facto, foi calculado, e também gostava de saber se acha que é prudente e se é característico na gestão prudente aprovar *swaps* ou contratos *swaps* sem ter qualquer noção dos seus limites

de risco, das suas características, de um mínimo de segurança, uma vez que se trata de dinheiro público, dos contribuintes, e de uma empresa que deve ser gerida com critérios diferenciados de uma empresa de investimentos privados.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. José O’Neill.

O Sr. Dr. José Maria Franco O’Neill: — Todos esses contratos e todas essas propostas eram, não tenha dúvida, estudadas minuciosamente pela Direção Financeira. É isso que posso dizer, não posso acrescentar muito. Agora, não posso estar a fazer um esforço de memória para me lembrar de como se organizavam os nossos contratos.

Na altura, eram vistos pela Direção Financeira da Metro, que os estudava e que fazia as propostas. Penso que a direção da Metro também não tinha, com certeza, interesse nenhum em criar problemas à Metro passados 10 anos. De facto, nós não tínhamos essa capacidade para fazer... Essas análises, muitas delas, eram de fora e, portanto, essas situações, em alguma medida, eram previstas. Agora, prever diretamente que ia haver uma crise ao fim de cinco ou seis anos como existiu, não se previu na altura e, se calhar, também é difícil prever.

Penso que é uma matéria técnica para eu estar aqui a explicar. Daí achar que quem deve ser ouvido é quem estudou e quem também tinha, com certeza, a cobertura do Conselho de Gerência. A Metro tinha a sua estrutura e a sua organização, que era elogiada por diversas entidades e, inclusivamente, por vários setores das várias tutelas. Fui da direção que atravessou vários ministérios, que começou, tanto quanto me recordo, em 1992, e que se prolongou por mais uns anos depois.

Eu tinha, para além do pelouro financeiro, também tinha outros da IPC — de estudos, de planeamento, de controlo e de gestão informática e, portanto, delegava, deixava que a Direção Financeira fizesse os estudos.

Portanto, o que me foi sempre transmitido, a mim e ao Conselho de Gerência, é que mesmo as estruturas mais complexas, eram estruturas confortáveis, a menos que pudesse haver uma crise mundial, como existiu, para a qual, de facto, não estávamos protegidos nesses contratos. Foi a única situação. Também recordo que essa situação nunca foi levantada por ninguém das várias tutelas. Tivemos várias tutelas. Sabendo que havia esses contratos, nunca ninguém alertou para essa situação.

O Sr. Presidente: — Vamos, agora, passar ao Sr. Deputado Virgílio Macedo. Faça favor.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Sr. Presidente, quero agradecer a presença do Eng.º Carlos Aires e do Dr. José O'Neill nesta Comissão.

A minha primeira pergunta vai para o Eng.º Carlos Aires. O Sr. Engenheiro já afirmou aqui, já assumiu, que desconhecia por completo os riscos inerentes a estes produtos financeiros, a estes contratos *swap*. Referiu também que o Conselho de Administração da Metro de Lisboa, conforme é natural em todos os conselhos de administração de todas as sociedades anónimas, está organizado por pelouros.

Na sua opinião, quem é que dentro do Conselho de Administração da Metro de Lisboa tinha consciência, ou deveria tê-la, dos riscos que a Metro de Lisboa estava a correr aquando da subscrição desses contratos *swap*?

O Sr. Presidente — Sr. Engenheiro, tem a palavra.

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires: — Sr. Deputado, muito boa tarde. Tenho alguma dificuldade em responder diretamente a essa questão, não porque a resposta não possa ser evidente ou simples, mas porque temos de recuar no tempo — é que, naquela altura, a questão dos riscos e das perspectivas que havia da evolução das taxas de juro e a completa ausência de previsão para uma crise, não permitiam ou não levavam a que houvesse análise de risco numa natureza destas. Obviamente que, como já foi dito e que reafirmo, todos estes assuntos eram provenientes da Direção Financeira do Metropolitano, que tinha a obrigação de fazer a sua análise e de fazer as propostas, que eram levadas ao senhor administrador financeiro e ao conselho.

Depois desse filtro — confesso e volto a repetir — eu não tinha conhecimentos para poder avaliar o que estava em causa e muito menos evoluções da economia, evoluções de taxas de juro e perspectivas dessas. Portanto, o procedimento do Metropolitano foi exatamente sempre este: a Direção Financeira fazia as análises, apreciava-as e fazia as propostas, sendo estas veiculadas ao conselho, onde não houve nenhuma delas que não fosse aprovada por unanimidade. O procedimento era esse.

Volto a confessar a minha ignorância e o meu desconhecimento nesta linguagem encriptada que algumas destas coisas têm, sendo tudo o que posso dizer ao Sr. Deputado em relação a isto. O resto está espelhado nas atas que já tive oportunidade de entregar ao Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Virgílio Macedo.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Admito essa sua afirmação e que, obviamente, enquanto Engenheiro de formação e mesmo enquanto Presidente do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, não era obrigado a ser especialista neste tipo de contratos de gestão de risco financeiro.

No entanto, disse, e muito bem, que havia uma primeira análise feita por parte da Direção Financeira e depois havia um administrador da área financeira, nomeadamente o Dr. José O'Neill. E aqui pergunto: que elementos, que informação é que vinha da Direção Financeira para o Conselho de Administração e, obviamente, que trabalho era realizado pelo Dr. José O'Neill no tratamento dessa informação que vinha da Direção Financeira, no sentido de ele propor aos outros membros do Conselho de Administração a aprovação ou não dessas operações. É porque penso que quando um administrador recebe uma informação por parte dos serviços, por parte da direção, deve fazer uma análise e, depois, deve propor ao Conselho de Administração, pois está a corresponsabilizar outros membros em decisões de que, obviamente, não têm conhecimento, nem têm de o ter, sobre essa matéria.

Portanto, que informação vinha da Direção Financeira para o Conselho de Administração, nomeadamente para o administrador financeiro, e qual era o procedimento no sentido de pôr ou não ao Conselho de Administração a aprovação dessas operações?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Dr. Franco O'Neill.

O Sr. Dr. José Maria Franco O'Neill: — Sr. Deputado, respondendo à sua questão, o que posso dizer é que ainda há pouco tempo ouvi, numa entrevista, um reputado economista da nossa praça dizer que em empresas

da dimensão do metro, geralmente, as direções podem estar 10, 15, 20, 30 anos, pelo que conhecem muito as empresas e os *dossiers*, por vezes até melhor do que pessoas que estão nos mandatos durante 2 ou 3 anos.

Portanto, com certeza que fazia um esforço para entender, porque também, apesar de ter um curso de organização e gestão de empresas, tenho que dizer a verdade, nunca assinei qualquer contrato *swap* antes de chegar ao Metro, mas percebi qual o tipo de contratos que estávamos a assinar.

Contudo, pedia aos serviços para serem criteriosos na análise que faziam e nunca tive qualquer informação, mesmo por conversas que tive com assessores ligados à tutela, de que houvesse alguma desconfiança quanto à competência da Direção Financeira do Metropolitano de Lisboa.

O que fazia, quando as propostas entravam, era pedir à Direção Financeira que fosse exaustiva na forma como analisava esses contratos e, de facto, antes de os levar ao Conselho de Gerência, reunia-me com o diretor financeiro.

Portanto, algumas dúvidas que pudesse ter, até mesmo do ponto de vista jurídico, pedia ao Gabinete Jurídico para as tratar. Quando via que aquilo estava em condições de ir ao Conselho de Gerência, levava aquilo ao Conselho de Gerência.

Contudo, de facto, temos de recuar 10 anos e ver todo o ambiente em que se vivia.

Aliás, na altura, nem sequer tínhamos a obrigatoriedade de informar a tutela, como disse um antigo Diretor-Geral do Tesouro e das Finanças. Ele disse, aqui, que «a questão dos *swaps* não era, na altura, uma questão polémica; pelo contrário, aqueles contratos eram relativamente usuais». O antigo Diretor-Geral reiterou ainda que «não havia nada, nem qualquer

relatório, que justificasse uma classificação das operações como especulativas ou problemáticas».

Portanto, conscientemente, não tenho a noção de ter assinado, na altura, qualquer contrato que tenha sido especulativo ou problemático.

Aliás, perguntei diretamente ao Dr. José de Melo, que lá esteve durante muitos anos, se considerava ou não que no nosso mandato havia alguma operação especulativa, porque até podia haver.

Ele disse-me: «Não, o Metropolitano não tem operações especulativas, porque todos os indexantes relativos a taxas de juro não estavam indexados nem a *commodities*, nem a petróleo, nem a outras situações... Portanto, o Metro — e ele foi muito claro! — não tem operações especulativas.» Foi essa a informação que ele me deu e que, aliás, transmiti também ao Eng.º Carlos Mineiro Aires.

E, de facto, na audiência que teve aqui o antigo Diretor-Geral do Tesouro e Finanças, Dr. Emílio Castel-Branco, ele disse mesmo que não tinha conhecimento de operações especulativas. Portanto, ele não tinha e a tutela não tinha. Ele esteve lá durante alguns anos, com certeza também falava com assessores dos ministros e dos secretários de Estado... Nunca houve, em três anos que lá estive, alguém que alguma vez dissesse que havia um contrato em que se poderia vir a perder, mais tarde, 280 milhões de euros — nunca se falou nisso!!

Nós tínhamos a consciência de que estávamos a tentar fazer o melhor para gerir um passivo enorme que o Metropolitano tinha. E, de facto, deixámos um balanço, que foi feito pelo Conselho de Gerência, em que, apesar de o passivo do Metro ser gigantesco, conseguimos reduzir os encargos financeiros.

Contudo, não tivemos a capacidade de prever uma crise financeira passados 5 ou 10 anos, uma crise financeira da dimensão daquela que existe e que não é uma crise financeira normal.

Portanto, penso que nós cumprimos tudo aquilo que tínhamos que cumprir e informámos quem tínhamos que informar... E, de facto, um responsável que esteve à frente da Direção-Geral do Tesouro e Finanças disse que os contratos eram normais e que não tinha conhecimento de operações especulativas ou problemáticas, e ele, com certeza, também teria esses contratos — penso que sim, para dizer isso.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado Fernando Virgílio Macedo.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Sr. Doutor, peço desculpa, mas a responsabilização não tem qualquer carácter temporal. Até posso aceitar que o Eng.º Carlos Aires diga que desconhecia os riscos inerentes à contratação destes *swaps*. Porém, peço desculpa, mas um administrador financeiro não pode dizer que desconhecia estes riscos e «atirar» tudo para a Direção Financeira.

O que me parece é que, aqui, pode ter havido alguma incompetência por parte da Direção Financeira..., mas, no meu entender, há claramente alguma negligência por parte do administrador com o pelouro financeiro!

Estamos a falar de contratos de centenas de milhões de euros, relativamente aos quais o trabalho do administrador financeiro não se pode basear em conversas com a Direção Financeira, em perguntas! Ou seja, tem que se basear em factos, em análises que ele tem fazer, na assunção das suas plenas responsabilidades!

O que me está a dizer é que o Dr. José O'Neill, enquanto administrador financeiro, quando lhe chegavam essas propostas da Direção Financeira, fazia uma análise empírica, fazia algumas perguntas caso tivesse dúvidas, mas não fazia nenhuma análise criteriosa relativamente às mesmas. Portanto, porque não fazia qualquer análise criteriosa, desconhecia os riscos inerentes aos mesmos. O que estou a dizer é verdade ou é mentira?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Dr. José O'Neill,

O Sr. Dr. José Maria Franco O'Neill: — Sr. Deputado, é evidente que, no meu entender, quem tinha que fazer essa análise criteriosa não era eu, era a Direção Financeira. A Direção Financeira do Metropolitano já conhecia essas operações, portanto, tinha a obrigação de fazer essa análise.

Não estou a «descarregar» qualquer culpa para cima da Direção Financeira. Digo, no que respeita à Direção Financeira, que pessoalmente tinha, e penso que também o Conselho de Gerência, boa informação sobre a forma como a Direção Financeira trabalhava — e já trabalhava há uns anos.

Contudo, quem tinha de fazer essa análise não era eu como administrador. Essa análise era feita pela Direção Financeira, que tinha os seus quadros, os seus *dossiers*. Com certeza, não eram conversas nem análises empíricas; ele trazia os *dossiers* bem estudados, bem preparados, portanto, antes de levar o assunto a conselho, com certeza que eu falava com ele e sabia o que é que ia levar a conselho.

Porém, penso que não era eu, como administrador, que tinha que fazer essas análises. E não era, porque julgo que o Dr. José de Melo, da direção financeiro do metro, já fazia esses contratos há muitos mais anos e

eu, quando lá cheguei, nunca tinha feitos contratos desses. Mas mesmo que tivesse feito acho que antigamente tinha outros pelouros tinha o meu tempo repartido por outras funções, portanto, tinha era que me inteirar das propostas que ele fazia e tentar entendê-las. Acho que as entendia.

Agora, se me perguntar se as propostas tinham alguns riscos, respondo-lhe que algumas poderiam ter, mas esses riscos eram conhecidos de todos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Fernando Virgílio Macedo.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Sr. Dr. José O'Neill, se entendia é grave, porque isso quer dizer que assume que conhecia os riscos que estava a correr, ao contrário do que disse anteriormente.

Qual era o tipo de informação? O Dr. José O'Neill chegou a ver alguma análise de sensibilidade à contratação destes produtos de risco?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Dr. José O'Neill.

O Sr. Dr. José Maria Franco O'Neill: — Vi! Essas informações eram transmitidas. O Dr. Melo fazia reuniões, eu via essas análises. Mas uma coisa era estudar em pormenor (acho que era ele que tinha que estudar), outra coisa era ver.

Agora, não posso recuar 10 anos e recordar todas essas reuniões. Se calhar, em muitas dessas reuniões, alguns desses assuntos não eram aprovados à primeira; eram revistos, eram analisados. Alguns contratos levavam meses a ser assinados. Portanto, as coisas não iam para o Conselho de Gerência sem terem sido estudadas. Contudo, quem as

estudava em pormenor não era eu, era a Direção Financeira — é isso que estou a dizer.

O Sr. Presidente: — Queira continuar, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Vigílio Macedo (PSD): — Peço desculpa, mas torno a insistir na pergunta: o Dr. José O'Neill, enquanto administrador financeiro, sabia ou não quais os riscos inerentes à contração destes produtos financeiros? Sabia que caso as expetativas, em termos de evolução da taxa de juro, não fossem as que estavam no senso comum... Ou seja: sabia que havia a possibilidade, nem que fosse pequena, de os contratos que estava a realizar poderem vir a ser extremamente danosos para o Metropolitano de Lisboa. Tinha essa consciência ou não?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. José Maria Franco O'Neill: — Sr. Deputado, essa pergunta é mais fácil de fazer do que de responder.

Recordo-me de que na altura esses contratos eram vistos, mas não posso estar agora a recordar-me de estar a comentar com o Dr. Melo: «Se acontecer isto, daqui a 10 anos, pode acontecer isto ao Metro». Com certeza que não analisámos os contratos dessa forma.

As propostas estavam bem elaboradas, bem estudadas. Tinha confiança, tenho que dizer, na Direção Financeira do Metropolitano de Lisboa! Portanto, as situações eram vistas com o maior detalhe possível e eram levadas a conselho com a melhor das intenções de salvaguardar os interesses do Metropolitano de Lisboa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Fernando Virgílio Macedo.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Para si é ou não uma surpresa que os 17 contratos *swap* feitos durante a sua administração tenham perdas potenciais de 588 milhões de euros?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. José Maria Franco O'Neill: — Nunca fiz essa análise. Estou a tomar conhecimento disso agora. Portanto, penso que nem eu, nem o Metropolitano de Lisboa, nem todas as entidades que viram esses contratos previram essa situação. Por isso, não posso estar a dizer que previa, na altura, que o Metro pudesse chegar a 2013 com contratos que perdessem... Não, não via isso.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Se para si é uma surpresa, quer dizer que quando os subscreveu não tinha consciência da totalidade dos riscos inerentes aos mesmos?

O Sr. Presidente: — Pode continuar, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. José Maria Franco O'Neill: — Tinha a consciência de que estava a fazer o melhor para o Metropolitano de Lisboa com base nas análises criteriosas que eram feitas pela Direção Financeira e por uma pessoa que tinha muita experiência na altura e cuja experiência era

reconhecida em diversos quadrantes, por diversos assessores. Portanto, tínhamos a consciência de que os assuntos estavam bem estudados.

Contudo, temos que ir mais longe, que é admitir que os bancos tinham informação que não deram à empresa ou que nós não estávamos bem... Não quero entrar por aí, porque nunca me senti pressionado por nenhum banco para fazer qualquer contrato *swap*.

Que os bancos tinham interesse nestes contratos, tinham, porque havia várias reuniões com bancos e apercebíamos-nos disso. Contudo, que houvesse um banco que tivesse feito uma pressão exagerada ou chantagem para obtermos um financiamento, isso nunca aconteceu.

Portanto, esses contratos eram vistos com base num interesse real para o Metropolitano e alguns deles, como disse, levavam semanas ou meses a serem decididos, depois de análises criteriosas feitas pelos serviços do Metropolitano, porque penso que quem tem que analisar esses contratos são os serviços do Metropolitano com esta ou com aquela administração. O Dr. Melo já lá estava há 10 anos, antes de eu lá chegar e, pelos vistos, depois ficou lá mais uns anos.

Esses *dossiers* estão todos no Metropolitano de Lisboa. Não foi o nosso mandato que inovou qualquer aspeto no sentido de alterar a forma como estes contratos eram analisados. Se calhar, foi uma altura em que, por via de as taxas estarem baixas, havia uma maior pressão dos bancos para se fazer esses contratos. Se não fosse assim, provavelmente, também não havia essa pressão. Houve uma pressão, mas não houve, nem senti nunca, nem admitia que houvesse chantagem de qualquer banco para fazer qualquer contrato *swap*.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Pelos vistos, o Sr. Doutor e o Conselho de Administração pensavam que estavam a ser bem assessorados por parte da Direção Financeira do Metro de Lisboa, mas, dados os resultados, não eram bem assim.

Na sua opinião, e enquanto responsável pelo pelouro financeiro dentro da administração (e estou convicto de que não vai negar as suas responsabilidades inerentes a essa função), pensa que os outros membros do Conselho de Administração tinham de alguma forma a possibilidade de conhecer esse risco?

Ou em sua opinião, numa ótica de solidariedade e de funcionamento normal de um Conselho de Administração, era normal, a partir da altura em que o Dr. José O'Neill, enquanto administrador financeiro, dava um parecer positivo a uma operação e explicava genericamente aos outros membros do Conselho de Administração que aquela seria teoricamente a melhor solução baseado nos tais estudos, que os outros membros do Conselho de Administração acabassem por aprová-los, obviamente, mas baseados no seu parecer positivo relativamente a essas operações?

O Sr. Presidente: — Queira continuar, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. José Maria Franco O'Neill: — Sr. Deputado, agora, não posso dizer o que é que os outros membros gostariam ou não de ter feito. De facto, era um conselho de funcionava numa base de solidariedade total.

Contudo, apesar de o Dr. José Melo depender organicamente de mim, qualquer membro do Conselho de Gerência podia reunir com o Dr. José Ferreira de Melo ou com a Direção Financeira, como eu também podia reunir com outros diretores — reuniões que por vezes aconteciam.

Portanto, nunca condicionei qualquer membro do Conselho de Gerência a assinar qualquer tipo de contrato. Quando os levava a Conselho de Gerência tinha a consciência de que o assunto tinha sido analisado e estudado.

Nem quero estar aqui a «passar» a bola ou a culpabilizar quem quer que seja, muito menos o Dr. José Ferreira de Melo. Como disse, era uma pessoa conceituada — pelo menos na altura do nosso mandato — junto de várias entidades, junto dos bancos; era uma pessoa considerada capaz, tanto que o Metropolitano na altura nem se assessorou de mais nenhuma empresa para estudar esse caso. De facto, em 2006, antes de sairmos, chegou a pensar-se nisso, porque contratámos uma empresa, um organismo, que era o CIGEEF (Centro para Investigação de Estudos Económicos e Financeiros), que estava ligado ao ISEG, para nos assessorar num empréstimo de 900 milhões e, de facto, esse Centro também podia vir a estudar as operações *swap*.

Nós, na altura, entendemos que não era necessário estar com mais gastos e estar a contratar empresas para nos darem a sua opinião sobre os contratos *swap* e limitamo-nos a aceitar os estudos que eram feitos pela Direção Financeira e, como lhe digo, as propostas não chegavam num dia e iam a Conselho na semana seguinte; às vezes, levavam semanas ou meses para serem assinadas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Na gestão ativa dos contratos *swap*, que era feita pela Metro de Lisboa assim como em qualquer empresa, foram transformados três contratos *vanilla* em contratos *snowball*. À data tinha consciência do que eram contratos *swap snowball*?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. José O'Neill.

O Sr. Dr. José Maria Franco O'Neill: — Sr. Deputado, não posso responder agora a essa pergunta, peço desculpa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — É muito fácil recordar-se se, à data, sabia teoricamente — e estou a falar em termos teóricos — o que era um contrato *swap vanilla* e o que era um contrato *swap snowball*. É muito fácil... Ou sabia da existência teórica desses instrumentos ou não sabia.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. José Maria Franco O'Neill: — Não posso, como disse, estar a afirmar isso, porque não me recordo exatamente dos pormenores desses contratos *vanilla* e *snowball*... Nem me recordo eu nem, se calhar, ninguém nunca alertou para isso durante seis, ou sete anos, ou oito anos... E estamos a falar agora, em 2013, de coisas que se passaram há sete ou oito anos... Recordo-me de que os contratos eram analisados, eram estudados, eram analisados e penso que quem propunha as alterações estava consciente daquilo que seria o melhor para o Metropolitano de Lisboa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Então, o que está a

admitir é que, à data, não havia consciência de que os *swaps* não eram todos iguais, ou seja, eram-lhes oferecidos contratos de cobertura de taxa de risco, mas, aparentemente, não havia a consciência da diferenciação entre uns e outros, ou seja, não havia consciência de que uns tinham riscos inerentes mais baixos e de que outros tinham riscos inerentes mais elevados.

É isto que me está a dizer, porque não havia consciência de que... Bem, aliás, à data nem se falava muito em *swaps*, ou seja, não havia esta consciência como hoje existe. Bom, mas eu chamo a atenção para o seu conhecimento técnico que, obviamente, era obrigatório, enquanto administrador financeiro, assim como a Direção Financeira do Metropolitano de Lisboa, como responsável técnico pela empresa em termos financeiros, ter pleno conhecimento relativamente aos riscos que estavam a correr.

Para terminar, é isto que eu quero deixar bem claro: obviamente que há aqui uma corresponsabilização entre a Direção Financeira e o administrador do pelouro financeiro relativamente a esses contratos — e ninguém está a falar em dolo, aliás, estou certo de que ao Dr. José O'Neill nem lhe passou pela cabeça, por desconhecimento, que esses contratos poderiam originar perdas potenciais tão elevadas, mas, claramente, houve aqui um processo que correu mal e houve alguma negligência técnica por parte de alguns intervenientes diretos na contratualização desses produtos financeiros.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. José O'Neill.

O Sr. Dr. José O'Neill: — Não posso estar a corroborar essa informação, mas posso dizer-lhe que, na altura, as propostas eram

analisadas, eram estudadas e eu também não acredito, porque conhecia a competência da Direção Financeira e do Dr. Ferreira de Melo, que se ele tivesse conhecimento não me alertasse para essas situações.

Nós, e isso era visto na altura, com certeza, que um contrato *vanilla* tinha um preço e um contrato não *vanilla* tinha outro... Possivelmente, a Metro pode ter corrido um risco superior para ter ganhos maiores, na altura, em vez de manter esses contratos *vanilla*... Mas eu não posso agora estar a dizer se foi ou se não foi assim... Possivelmente, foi essa a decisão que se tomou na altura.

Agora, também não posso estar a dizer nem quero estar a culpabilizar o Dr. Melo por qualquer situação... Ele estudou, fez as propostas e, na altura, foi assim que isso foi decidido.

O Sr. Presidente: — Tem, agora, a palavra a Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Sr. Presidente, muito obrigado.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar os Srs. Doutores e, como sou a última a usar da palavra nesta ronda, há várias questões que já foram colocadas e respondidas, pelo que não regressarei a elas, mas há dois blocos de questões que eu gostava de colocar.

O primeiro bloco de questões prende-se, inevitavelmente, com o conhecimento da tutela e a relação das empresas com a tutela na contratação deste tipo de instrumentos financeiros.

Por isso, a minha primeira questão é para saber de que forma a tutela era informada, se havia pedidos de autorização e se essas autorizações eram feitas ou não.

Devemos também recordar, neste momento, que a administração da Metro de Lisboa, da qual o Sr. Eng.º Mineiro Aires foi presidente, passou, como disse aqui há pouco, por três ministros e, por isso, há vários procedimentos e há, se calhar, formas diferentes de reagir.

Mas eu queria que pudessem precisar aqui que informação era prestada, em que termos era prestada essa informação e a quem era prestada essa informação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr.º Eng.º Mineiro Aires.

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires:- Muito boa tarde, Sr.ª Deputada, e, antes de mais, muito obrigado pelas questões que me colocou.

Recordando a minha intervenção inicial, quero dividir as questões que colocou em duas: houve um período, nomeadamente para renegociação ou reestruturação da dívida do BEI em que esse pedido foi previamente colocado à tutela — e essa questão está respondida por si mesmo, porque tinha uma autorização prévia para ser feita.

Em relação ao período anterior, como também disse na minha intervenção inicial, na altura, não havia exigências especiais de reporte à tutela; havia, sim, exigências de, através dos mecanismos normais de funcionamento e de articulação com as entidades que tinham responsabilidades nesta matéria, darmos conhecimento das contas da empresa e daquilo que íamos fazendo.

Portanto, nesse campo, havia conversas com cada um dos governantes que nos tutelavam mais diretamente, desde a questão das articulações com a estrutura dos gabinetes ministeriais, que tinham montado formas de contacto com as empresas — e já falei aqui nos controlos financeiros, anteriormente a isso até havia assessores dedicados

para acompanharem as empresas e essas coisas... Portanto, havia contactos e havia reportes naturais para essas questões.

Havia, ainda, lugar a reuniões frequentes com a IGF, que, como já disse há pouco, pelo menos, uma vez por ano senão de seis em seis meses durante um período razoavelmente longo, tinha uma Sr.^a Doutora que ia lá e que inquiria todos e mais alguns, que falava com todos e que também havia de produzir os correspondentes relatórios.

Depois, nos relatórios e contas que eram enviados neles há referências expressas à realização destes contratos de derivados, que era como se chamavam na altura, e aos ganhos obtidos — e, na altura, eram ganhos!

A partir de 2007, como eu disse, nos relatórios e contas passou a haver uma listagem de todos os contratos feitos e, suponho, essa prática ter-se-á mantido até ao último relatório que está na *Internet* — que foi onde eu fui obter esta informação — que é o de 2012, salvo erro.

Depois, tínhamos a questão da comissão de fiscalização da Metro que era uma comissão residente e que tinha um presidente e mais dois elementos, um dos quais era o revisor oficial de contas (ROC) do Metropolitano.

Essa comissão de fiscalização reunia todos os meses com a administração e refere nos relatórios e contas que teve acesso às atas, que foi informada de tudo, que sabe de tudo — e as atas estão aí... — e, portanto, essa comissão de fiscalização sabia do que estava a passar-se.

Essa comissão de fiscalização, como eu referi, integrava o revisor oficial de contas e, portanto, é quase impossível que o revisor oficial de contas, que tinha conhecimento dessas operações — e todos tinham conhecimento das atas —, que não soubesse disto.

Essa comissão de fiscalização também refere que reportava

trimestralmente às tutelas — e quando diz «às tutelas» suponho que seria à setorial e às Finanças, porque eram as duas a que eles estavam obrigados — e reportava o que tinham a dizer e, quanto havia lugar a isso, até nos dava orientações ou sugestões para corrigirmos alguns «tiros» que não estariam no melhor caminho.

Portanto, isso nunca aconteceu em relação a esta matéria; houve outros casos em que fomos alertados para isto ou para aquilo...

Queria ainda dizer que, neste aspeto, obviamente, haver uma comunicação formal que, como o senhor ex-diretor-geral das finanças diz, que só passou a ser obrigatória a partir de 2007, pois antes não tinham qualquer obrigação e era a DGTF que tinha obrigação de ir recolher aquela informação... Portanto, digamos, que até essa altura e durante o nosso mandato — já que o nosso mandato não abrangeu esta altura —, a informação era veiculada da forma como eu disse.

Agora, seguramente, através destes mecanismos todos e destes contactos todos, quer pessoais, quer por escrito, quer reportes, quer por outros meios o Metropolitano era escrutinado e era obrigado a responder às diferentes tutelas de uma maneira muito miúda... Nós tínhamos de dar muitas respostas a muita coisa, o que era bom... Eu, há bocado, quando dizia que a questão do financiamento e do Estado e das competências disto, também percebo que os próprios governos não tinham capacidade muito grande de resolver a dívida dessas empresas, nomeadamente a do Metropolitano... Era uma questão muito bicuda, foram ensaiadas diversas soluções para isso, nunca foram arrançadas, mas a questão era conhecida, não tenho dúvidas, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Sr. Engenheiro, agradeço a informação, mas quero precisar a minha pergunta por uma razão: acho que ao longo destas audições e hoje também nesta começa a haver uma confusão entre o que é prestar informação, transparência nos relatórios de contas e o que é pedir autorização à tutela; e subsiste ainda uma outra confusão entre o que é pedir autorização prévia para financiamento das empresas e autorização prévia para *swaps*.

Ora, eu creio que esta confusão decorre precisamente de que — e creio não dizer nenhum erro quando o afirmo — havia uma autonomia da gestão das próprias empresas que não dispensava a transparência das contas, mas há uma autonomia de gestão, ou seja, uma autonomia para tomar um conjunto de decisões, designadamente essas decisões financeiras.

Por isso, a minha pergunta é muito simples: o Conselho de Administração a que o Sr. Engenheiro presidia pedia autorização às tutelas para contratação de *swaps*? Sim ou não?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.^o Carlos Alberto Mineiro Aires: — Sr.^a Deputada, num caso «sim» noutro «não» e tenho de referir dois casos: num caso, o da reestruturação da dívida do BEI, que foi uma operação grande, foi autorizada pela tutela a reestruturação da dívida com *swaps*. Portanto, esta foi autorizada.

Quanto às outras e, seguindo a prática que vinha do Conselho de Administração anterior e de acordo com os pareceres jurídicos que havia e que nos foram dados pela Sociedade de Advogados Gonçalves Pereira Castelo Branco & Associados, que era quem tinha assessorado o Conselho de Gerência anterior e que no caso do nosso continuou a fazê-lo, essa

sociedade emitiu um parecer em que dizia que, «nos casos que não havia aval do Estado, o Conselho tinha autonomia para os contratar» — aliás, a própria IGF, no tal relatório que já citei por diversas vezes, diz que as decisões se encontram suportadas em adequadas decisões da Administração.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, queira prosseguir.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Muito obrigada, Sr. Engenheiro.

Vou pedir ao Sr. Engenheiro que nos possa facultar os documentos onde houve a troca de documentos em que se pede autorização, em que há autorização das tutelas para os *swaps*. É possível deixar-nos?

O Sr. Presidente: — Sr. Engenheiro, faça favor.

O Sr. Eng.^o Carlos Alberto Mineiro Aires: — Ó Sr.^a Deputada, eu teria muito gosto em fazê-lo, mas a única coisa que posso facultar disso são as atas, que estão ali, que dizem explicitamente: «sujeito à prévia autorização do Sr. Ministro das Finanças». Agora, o processo em si e a autorização, etc., não as tenho, como deve imaginar. Portanto, isso terá de ser pedido à empresa, porque eu nem sequer tenho acesso a elas.

Eu não tive acesso a absolutamente documentação nenhuma, antes de vir aqui. Frisei isso no início para que não me levassem a mal, porque podia ter alguma dificuldade em responder a qualquer questão, mas não fui à empresa pedir nada. Estava e continuo perfeitamente tranquilo em relação à minha atuação e, portanto, não vi questões ou não vi matéria... Para já, também já não conheço os interlocutores da época, e tinha alguma

dificuldade em «bater à porta» do Metropolitano e... «vá, deem-me lá um *dossier* com isto»... Era impensável!

Portanto, essa questão, se me é permitido fazer a sugestão ao Sr. Presidente, pode ser pedida diretamente à empresa, porque certamente existirá, e consta da ata do Conselho de Gerência (que era, na altura, como se chamava), posso dizer qual é, porque eu já dei ao Sr. Presidente...

O Sr. Presidente: — As atas ainda não...

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires: — Dei, dei, Sr. Presidente. Dei uma coleção dentro de uma saqueta plástica.

O Sr. Presidente: — Ah..., sim, sim!

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires: — É o que consta da ata do dia 11 do mês de novembro de 2005.

O Sr. Presidente: — A ata número...?

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires: — É a ata n.º 1309/45/05.

Diz aqui: «Deliberar sobre a atribuição de poderes (...) os demais documentos que se mostrem necessários para o efeito, nomeadamente o pedido a dirigir a S. Ex.ª o Ministro das Finanças, bem como os contratos e demais documentos que se mostrem necessários à contratação dos contratos de *swap* previstos no ponto dois da ordem de trabalhos».

Isto foi uma operação que, na altura... E no fim diz (na última página): «Finalmente, foi ainda referido pelo Sr. Dr. José O'Neill que, por imperativo legal, a referida reestruturação será objeto de autorização por

parte de S. Ex.^a o Ministro das Finanças, em virtude de a referida dívida ser objeto de garantia pessoal por parte do Estado português, tendo já sido encetadas negociações com a Direção-Geral do Tesouro nesse sentido».

Portanto, esses documentos deverão existir, esses documentos estarão nos arquivos do Metropolitano.

O Sr. Presidente: — Vou mandar copiar essas atas.

O Sr. Eng.^o Carlos Alberto Mineiro Aires: — Pois...

Eu gostava só de dizer outra coisa aqui: efetivamente, muito embora depois de ter acontecido isto que está aqui assinalado neste gráfico da evolução da Euribor a 3 meses, o nosso mandato está daqui a aqui, ou seja, foi entre finais de 2003 e finais de 2006, conforme consta deste gráfico. Portanto, isto veio até aqui, depois de ter acontecido isto...

Antes de ter acontecido isto, nós tínhamos algumas cautelas em relação a estas coisas... Eu, pessoalmente, tinha alguma ignorância em relação aos conteúdos e aos desenvolvimentos possíveis, num quadro imprevisível. As coisas, na altura, eram-nos explicadas com uma razoabilidade e com uma perspetiva que não passava pelo cenário negro que passou pelo mundo, e, portanto, digamos que estar a ver as coisas assim é difícil... Vou contar um episódio que espelha um pouco isso.

Já passei por uma situação igual a esta. Há uns anos, eu era presidente do Instituto da Água e houve umas cheias em Coimbra que romperam os diques em Montemor e houve umas grandes inundações. A Ordem dos Engenheiros, na altura, cujos órgãos eu até hoje integro, fez um inquérito aos acontecimentos e, como presidente do Instituto da Água, pediu-me tudo: pediu-me as chuvas desde dois meses antes; pediu-me os níveis da Barragem da Aguieira, durante três meses antes; pediu os níveis

de não sei quê e tal... E, depois, aquela história: «Se a avó não tivesse morrido, ainda hoje era viva»... Depois, montou aquilo tudo e começou a dizer: se dois meses antes, tivesse feito isto ou aquilo; e, um mês antes, depois isto ou aquilo; e 15 dias antes, isto ou aquilo, que não sei quantos, que era que se a barragem estivesse vazia, possivelmente não tinha havido a cheia.

Mas depois não tem as condicionantes, que a EDP também não quer vaziar a barragem para não sei quê e tal... Portanto, analisar as coisas *a posteriori*, como estamos aqui a fazer, e embora reconhecendo a justiça e a justeza de estarmos aqui, é muito penoso para quem passou por estas coisas, porque, efetivamente, o mundo, naquela altura, era completamente diferente. A Euribor tinha batido num mínimo histórico de sempre — 1,96 — e era uma coisa que ninguém diz: «Isto jamais há de voltar a acontecer»! E, subitamente, o mundo cai redondo, cai isto tudo redondo e acontece o que está a acontecer aqui!...

E eu estou perfeitamente convencido de que, mesmo que nos tivéssemos socorrido dos melhores especialistas, naquela altura, e admitindo as coisas que foram feitas e que não foram feitas, etc., ninguém perspetivaria que houvesse uma coisa dessas... Ninguém! Era muito difícil de dizer, em 2004 e 2005, que as coisas iam acontecer em 2009 como aconteceram. Era muito difícil! Ou o mundo é uma mentira, e havia pessoas que detinham conhecimento e que o escondiam, como já disse há pouco, para enganar incautos, ou então, efetivamente, estamos aqui a ajuizar, quase 10 anos depois, coisas que eram completamente imprevisíveis à data!... E é isso que custa um pouco: estar envolvido, passado tanto tempo, numa coisa em relação à qual, na altura, a mim não se levantou qualquer dúvida e tão pouco me levantava suspeitas de riscos.

Eu tinha a máxima confiança, tenho a máxima consideração pelo Dr. José O'Neill. Eu acreditava que as direções do Metropolitano eram competentes e eram capazes de dar resposta, nas mais diversas áreas, a tudo. E portanto, quando as decisões eram levadas a Conselho, não havia razão nenhuma para estar a fazer perguntas sobre matérias que eu até nem sabia ler. Porque nisto é preciso aprender a descodificar algumas coisas, não é?... De maneira que...

É tudo. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça, tem a palavra.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Sr. Engenheiro, eu já volto um bocadinho atrás, mas queria pegar no que acaba de dizer e, precisamente, para entrar no segundo bloco de questões que lhe queria colocar.

Quando surgiu a hipótese da contratação de *swaps*, e devo notar que, dos trabalhos da nossa Comissão, já é perceptível que a grande contratação de *swaps* por parte das empresas públicas surge essencialmente em 2003. Ora, algumas das operações financeiras que o Sr. Engenheiro e o Sr. Doutor tiveram em mãos foram de reestruturação também de alguns desses *swaps* já contratados em 2003.

A pergunta que volto a colocar-lhe — embora já tenha respondido em parte — é esta: estamos nesta Comissão de Inquérito para o apuramento de responsabilidades políticas das questões relacionadas com os *swaps* e é esse o nosso ponto. Não estamos a fazer nenhum julgamento a nenhuma das pessoas que se senta aqui, nesta Comissão, e queria deixar isto claro.

Que expectativas tinham o Sr. Engenheiro ou o Sr. Doutor, como responsáveis pela empresa e como responsáveis financeiros, do risco associado a este tipo de contratos? É porque me parece que, em 2003, com aquilo que se conhecia à época... Não podemos falar 10 anos depois... Como disse há pouco, é mais fácil fazer hoje uma análise daquilo que foi dito e, se calhar, as instituições financeiras também não deram toda a informação dos riscos associados a este tipo de instrumentos.

Mas que expectativas tinham o Sr. Engenheiro e o Sr. Doutor quando contrataram estes instrumentos?

O Sr. Presidente: — Sr. Engenheiro, faça favor.

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires: — Sr.^a Deputada, essa é uma questão bastante interessante, porque permite enquadrar as coisas.

Em 2003, efetivamente, não assinámos contrato nenhum. Também já houve uma referência a 17 e eu já referi que cinco desses 17 seriam uma assinatura de uma *ISDA master agreement* relativa a compromissos que já vinham de 2003, portanto, anterior aos nossos mandatos. Esta é uma questão que vou ver se a confirmo ou não, porque resulta apenas da leitura das atas também.

Voltando à pergunta que a Sr.^a Deputada pôs: que expectativas tínhamos em relação... Nenhumas, nenhuma!... Se houvesse a mínima suspeita do que iria acontecer, nunca teriam sido assinados, obviamente! Nunca teriam sido assinados! Na altura, o enquadramento macroeconómico, tudo isso — a evolução das taxas de juros, os pareceres que havia, as opiniões que tinham as entidades que nos fiscalizavam... —, nada apontava para que estas coisas tivessem o risco que, mais tarde, se

veio a verificar. Nada! E, portanto, isso, no fundo, é uma questão que é real.

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. José O’Neill, faça favor.

O Sr. Dr. José Maria Franco O’Neill: — Queria só corroborar aquilo que o Sr. Eng.º Mineiro Aires disse e referir, uma vez mais, o que consta do próprio relatório da IGF até 2008, que, no fundo, diz aquilo que o Eng.º Mineiro Aires também afirmou. Refere explicitamente que esses instrumentos eram os instrumentos adequados, na altura, para gerir da melhor forma o passivo da Metro, se bem que, por vezes, com alguns riscos associados. Portanto, não refere que houvesse lá contratos nem polémicos nem especulativos, não é?...

É só.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça, queira prosseguir.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Obrigada, Sr. Presidente.

Antes de formular a outra questão que quero colocar, queria só dizer que, da leitura da ata não decorre que há uma autorização da tutela à contratação de um *swap*; decorre que há um pedido de autorização para uma reestruturação de dívida contraída. É um bocadinho...

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires: — Junto do BEI.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Junto do BEI, que é uma coisa um bocadinho diferente, Sr. Engenheiro...!

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires: — Sim, mas...

O Sr. Dr. José Maria Franco O'Neill: — Eu penso que posso precisar...

O Sr. Presidente: — Sr. Dr. José O'Neill, faça favor.

O Sr. Dr. José Maria Franco O'Neill: — Tanto quanto me recordo, este empréstimo foi um empréstimo... Havia vários empréstimos do BEI que foram depois..., que se deu... O Metro deu o mandato ao Santander, com o conhecimento da tutela, para reestruturar uma série de financiamentos do BEI. Eram vários empréstimos.

A Sr.ª Ana Catarina Mendonça (PS): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível registar as palavras da oradora).*

O Sr. Dr. José Maria Franco O'Neill: — No fundo, reduzir o número de empréstimos e reduzir também a taxa de juro. Portanto, o que a tutela, de facto, aprovou na altura foi a reestruturação destes 640 milhões de euros. O BEI tinha muito mais. Só o BEI tinha 1700 milhões de euros, mais ou menos, era o grande financiador do Metro. Esses empréstimos eram para tentar, no fundo, reduzir o número de empréstimos, reduzir a taxa de juros, com o conhecimento da tutela. E o próprio Santander propôs, na altura, fazer também um *swap* sobre esta... E ao aprovar esta reestruturação estava implícita a aprovação do *swap* do Santander. Tanto quanto me recordo, na altura...

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça, faça favor.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Sim, Sr. Doutor, mas como se confirma da leitura da ata, não havia autorização para o *swap*.

De qualquer forma a minha questão anterior foi colocada e queria...

Nesta altura, criou-se um burburinho na sala.

Posso continuar?

O Sr. Dr. José Maria Franco O'Neill: — Temos que ver a ata toda, se calhar...

O Sr. Eng.^o Carlos Alberto Mineiro Aires: — É melhor ler a ata.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Eu acho que vale a pena ler a ata e ler os pontos, porque são muito específicos os pontos onde se fala de *swaps*, onde se fala de empréstimos, onde se fala de reestruturação e onde se fala de autorizações da tutela. E já lá voltaremos.

A minha questão de há pouco, sobre as expetativas, tem a ver com o seguinte: o IGCP, 10 anos depois, vem dizer, entre outras coisas, que o que se constatou, no entanto, foi que as empresas e, em especial, o Metropolitano de Lisboa e outra (não interessa, agora), seguindo outras motivações que não a de simples cobertura de risco e talvez devido a dificuldades de financiamento contrataram outras ações com elevado grau de complexidade».

Estou em crer, pelas palavras que o Sr.^o Engenheiro e o Sr. Doutor

aqui deixaram esta tarde, que quando fizeram estas contratações elas tiveram uma natureza de garantia de financiamento da empresa e não uma natureza especulativa.

Como não é isso que diz o IGCP, eu pedia-lhes um comentário a esta afirmação do IGCP que motivou também esta questão e, designadamente, a constituição desta Comissão de Inquérito.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. José O'Neill.

O Sr. José Maria Franco O'Neill: — Sr. Deputado, que me recorde nós destrinçávamos os financiamentos dos *swaps*.

Portanto, nós pedíamos financiamentos quando eles eram necessários — e quando entrámos estava a correr um de 300 milhões de euros e, depois, firmámo-lo e quando saímos deixámos pronto um outro de 400 milhões.

Portanto, nós pedíamos financiamentos, porque a Metro precisava do dinheiro dos bancos e não vale a pena fugir, pois esta é a questão base, mas não analisávamos em conjunto financiamento com *swaps*, nunca fizemos isso!... Não havia também era *swaps* sem financiamentos... O *swap* dá para fazer vários tipos de operações... Os *swaps* estavam a ser empregados em financiamentos, primeiro pedíamos os financiamentos e depois os bancos vinham propor os *swaps*. E foram vários bancos — aliás, no primeiro caso que eu citei do ABN o próprio ABN no dia em que assinámos o contrato para os 300 milhões já estava com propostas de *swap* a seguir. Portanto, a situação era esta.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Eng.º Mineiro Aires.

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires: — Sr.ª Deputada, em relação ao conteúdo da ata, possivelmente, a leitura o que espelha é isso e eu gostava também de deixar aqui claro que esta é matéria que interessaria ver junto do Metropolitano, porque eu estava convicto de que, na altura, teria havido se não um pedido de autorização, pelo menos a comunicação de que esta operação seria acompanhada com *swaps*. Eu estava convencido disso! Neste momento, depois da questão... Dou-lhe toda a bondade da minha interpretação, mas estava convicto de que as duas coisas estariam associadas.

A Sr.ª Ana Catarina Mendonça (PS): — Sr. Engenheiro, muito obrigada por essa precisão.

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires: — E as minhas desculpas se, por acaso, a induzi em erro ou tenha causado alguma má interpretação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.ª Ana Catarina Mendonça (PS): — Sr. Engenheiro, essa precisão é absolutamente essencial para os nossos trabalhos e para as conclusões que iremos retirar e por isso agradeço-lhe este esclarecimento.

Queria, na sequência disto e muito rapidamente, porque a seguir, com autorização, como é óbvio, do Sr. Presidente, passarei a palavra ao Deputado João Galamba, perguntar-lhe o seguinte: porque é que lhe parece que de garantia de financiamento a questão dos *swaps* passou a uma questão política nos dias que correm?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires: — Sr.^a Deputada, quando vim a esta Comissão de Inquérito uma das promessas que fiz a mim próprio foi a de tentar não entrar por campos políticos, pois não me compete a mim fazê-lo. Confesso que nunca fui político, apesar de ter ocupado cargos por nomeação política; gosto de manter o perfil que detenho e, portanto, reservo-me o direito de, apesar de, como cidadão, ter a minha opinião — e a minha opinião é a de que isto está politizado de mais, não tenho dúvida nenhuma!... —, em sede desta audição não fazer comentários em relação a isto.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. João Galamba (PS): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero pedir desculpa por ter chegado atrasado à audição, mas estava noutra Comissão.

Tenho uma pergunta muito rápida, porque tem sido, muitas vezes, dito que a contratação de *swaps* problemáticos esteve associada a dificuldades de financiamento das empresas, que num determinado contexto essas empresas se viram nas mãos dos bancos e não tiveram alternativas.

Ora, o que se constata é que, havendo *swaps* em períodos onde havia, podemos quase dizê-lo, liquidez ilimitada, com condições de crédito francamente favoráveis para qualquer pessoa, empresa ou entidade que necessitasse de dinheiro, torna-se um pouco difícil perceber, por exemplo, e dificilmente haverá anos com mais liquidez, com taxas de juro mais baixas e condições mais favoráveis no acesso ao crédito do que 2006, por

exemplo.

Então, o que é que justificará a existência de propostas feitas por parte dos bancos de *swaps*, que vieram mais tarde a revelarem-se problemáticos, num contexto onde essa tal alegada dificuldade de financiamento que, segundo algumas pessoas que já fizeram depoimentos nesta Comissão de Inquérito, terá sido a verdadeira justificação para a existência desses *swaps*.

Ora, constata-se que esses *swaps* também existem em situações onde não há aperto financeiro, onde o crédito era abundante e inteiramente disponível para quem dele necessitasse.

Eu dirijo aos nossos dois convidados esta questão, pedindo-lhes um comentário ao que acabei de dizer.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. José O’Neill.

O Sr. Dr. José Maria Franco O’Neill: — Sr. Deputado, de facto, durante o nosso mandato destringámos sempre os financiamentos dos *swaps* e nunca nos impuseram, ou nunca sugeriram, que aceitássemos um empréstimo com um *swap* agarrado. Isso nunca aconteceu! Nós negociávamos os financiamentos e a seguir propunham-nos *swaps* para melhorarmos as condições dos empréstimos, nomeadamente a taxa de juro.

Portanto, no nosso tempo, isso não existiu. Nós não fomos negociar financiamentos com *swaps* agarrados ou negociar *swaps*, porque através dos *swaps* vinha o financiamento... Isso não aconteceu! Não sei se posso precisar mais ou não...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Virgílio Macedo.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Sr. Presidente, gostaria de saber se era possível ao Sr. Eng.º Mineiro Aires disponibilizar a continuação desta ata, porque só me chegou a primeira página...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, foi tirada uma fotocópia «à queima-roupa» para os Srs. Deputados poderem ter imediato conhecimento da parte citada pelo Sr. Engenheiro, mas...

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Sim, porque creio que era importante, pelo menos a segunda página desta ata, se fosse possível disponibilizá-la já, eu agradecia.

O Sr. Presidente: — Sim, com certeza, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, passamos agora à segunda ronda de perguntas. Uma vez que a Sr.^a Deputada Cecília Meireles não se encontra presente, vou passar à frente, mas se, entretanto, regressar usará da palavra no momento em que isso for possível.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Engenheiro, na primeira ronda de perguntas abordei a questão dos *swaps* que foram herdados da administração anterior e que a vossa administração reestruturou, transformando *swaps* simples em *swaps* complexos, *swaps* esses que, no

final do ano passado, tinham perdas potenciais no valor de 277 milhões de euros.

Gostava agora de, nesta segunda ronda, abordar a questão não dos *swaps* que reestruturaram, herdados da administração anterior, mas dos *swaps* novos que os senhores contrataram, como já foi dito aqui, 17 *swaps* na sua esmagadora maioria de grande complexidade e de elevado risco e que tinham perdas potenciais em finais do ano passado de 588 milhões de euros.

Por manifesta falta de tempo vou concentrar-me apenas no *swap* identificado no relatório do IGCP com o n.º 38.

Este *swap* é do tipo *snowball* e que, só por si, tinha em finais do ano passado, de acordo com o relatório do IGCP, perdas potenciais no valor de 387 milhões de euros, ou seja, quase, em números redondos, 400 milhões de euros.

O *swap* anterior, que abordámos na ronda anterior, era um *swap snowball* que tinha na mesma data, em finais do ano passado, perdas potenciais no valor de 204 milhões de euros.

Portanto, só estes dois *swaps*, que têm a vossa assinatura, dos dois senhores aqui presentes, do Sr. Eng.º Mineiro Aires e do Dr. José O'Neill, representaram perdas potenciais, em finais do ano passado, de 600 milhões de euros, o que é uma quantia significativa e, obviamente, não podemos deixar de exigir explicações sobre estes dois *swaps*, sendo que o primeiro já abordámos e, agora, este segundo que refiro.

Presumo que relativamente a este *swap* não terão memória dos detalhes e, por isso, recordo-vos o que é que os senhores contrataram em maio de 2006.

Este *swap* é altamente nocivo — aliás, no relatório do IGCP aparece no *dossier* Santander à cabeça como aquele mais alavancado, porque,

surpreendentemente, à data da contratação o empréstimo subjacente, o nominal, era de pouco mais de 4,3 milhões de euros. No entanto, as perdas potenciais eram, em finais do ano passado, como já disse, de 388 milhões de euros. É espantoso como um *swap* com um empréstimo que inicialmente era de 4 milhões de euros tem perdas potenciais da ordem dos 400 milhões de euros, ou seja, 100 vezes superior!...

Portanto, este *swap* é altamente nocivo e tem a seguinte estrutura e relembro-vos, pois podem não ter recordação do que assinaram na altura: de março de 2006 a março de 2010 a Metro de Lisboa pagava uma taxa fixa de 2% e isto permitia ganhos imediatos — desde a contratação até 2010 a Metro de Lisboa, efetivamente, com esta operação ganhava algo; no entanto, a partir de março de 2010, a taxa era alterada para 1,65% e acrescentava-se um *spread* que dependia da evolução futura da Euribor que, obviamente, os senhores não controlavam, e se a Euribor a três meses descesse abaixo de 2% o *spread* aumentava com uma alavanca de 2,25%. Isto significou que a partir do momento em que a Euribor desceu para os níveis que desceu — e já se mostrou aqui por várias vezes o gráfico — o *spread* agravava-se em cerca de 3,4% por trimestre, 13,5% por ano e no final de três anos, até 2012, cerca de 40%.

Portanto, era um *swap* de elevado risco. A Metro de Lisboa com este *swap* obtinha ganhos imediatos até março de 2010, porque tinha uma taxa mais baixa do que aquela que estava a receber, mas depois os riscos eram colossais e se esses riscos se materializassem a taxa podia disparar para valores perfeitamente incomportáveis, levando a que as perdas potenciais desse *swap* disparassem como, na realidade, veio a verificar-se.

O cenário que já classificaram aqui de improvável, concretizou-se, materializou-se e este *swap* tinha esta estrutura que o tornava extremamente exposto àquela situação, com perdas tremendas, de cerca de

400 milhões de euros — e estamos a falar de uma quantia avultada resultante das condições deste contrato.

Ora bem, disseram por diversas vezes nesta audição, inúmeras vezes, que ninguém imaginava, que ninguém perspetivava que aquilo ia acontecer, que eram coisas completamente imprevisíveis à data... Bom, foi esta a justificação que encontraram... Mas se ninguém imaginasse que era possível a Euribor a três meses ser abaixo de 2%, pergunta-se e eu pergunto-lhes: porque é que o contrato tinha esta previsão? Porque é que o contrato contemplava esta possibilidade de a Euribor descer abaixo de 2%? Os senhores não imaginaram, mas o banco que vos vendeu este contrato imaginou e meteu lá a cláusula que, depois, foi extremamente danosa para a Metro de Lisboa.

E eu pergunto-lhes: então, perante isto, como é que comentam o facto de que ninguém imaginava isto, como disseram anteriormente?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Dr. José O'Neill.

O Sr. Dr. José Maria Franco O'Neill: — Sr. Deputado, o mesmo que disse para o contrato anterior digo agora para este: de facto, na altura, ninguém imaginava... As análises eram feitas, eram *forwards*... Nós tínhamos de ver o contrato, mas, com certeza, que não vamos agora estar a dizer que desconhecíamos completamente ou que éramos ignorantes... Possivelmente foi um cenário que não foi admitido que pudesse vir a acontecer...

Agora, passados muitos anos, para nós, estes contratos... Mas também há uma pergunta que tenho de fazer: são perdas potenciais, mas também não sabemos como é que as coisas podem ser até ao fim, não é?...

Se calhar, neste momento, à data de hoje, tem essas perdas, mas

também não se sabe como é que isto vai evoluir... Também não sabemos, não é?...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá para interpelar a mesa.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, gostaria que pudesse ser distribuído aos nossos convidados este contrato para que pudessem ver exatamente o cenário...

O Sr. Presidente: — A interpelação está feita, Sr. Deputado. Faça, então, o favor de nos entregar o texto.

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires: — Sr. Presidente, dá-me licença que faça um comentário?

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Engenheiro.

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires: — Sr. Presidente, gostava de acrescentar — e como não temos acesso ao relatório do IGCP — que recorde que dos contratos assinados durante o nosso mandato apenas um está inalterado, porque todos os outros — e, volto a dizer, que não foram 17, mas devem ter sido 12, devem ter sido!... É porque havia 5 que eram relativos à administração anterior, que já estavam comprometidos e que tiveram de ser assinados por nós... Mas volto a dizer que só há um que está inalterado e, salvo erro, foi o que deu há pouco, porque todos os outros foram objeto de reestruturação posterior. Portanto, há que ver se essas perdas potenciais resultam da natureza inicial ou se foram agravadas por

reestruturações posteriores. Portanto, essa é uma matéria importante em relação a isto.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Daquilo que foi dito até agora, gostava de tirar três conclusões, à laia de pergunta, e saber se concordam ou não com elas.

A primeira é a de que, tal como já tinha acontecido antes, em outras audiências, ficámos a perceber que as tutelas foram sendo informadas de forma mais ou menos casuística, mais ou menos pontual, de uma forma que não era estruturada, mas sem que essas tutelas tenham demonstrado grande preocupação relativamente a este assunto.

De facto, a prova disso é que há uma referência aos contratos de *swap* nesta ata, e eu gostava de perguntar — havendo estas referências a contratos de *swap* nesta ata, havendo referência a outras referências de que já nos falou, mesmo que elas não fossem completas, mesmo que elas não fossem feitas de forma estruturada — se é possível dizer-nos que as tutelas não tinham conhecimento dos contratos de *swap* que estavam a ser contratualizados, neste caso, a Metro de Lisboa, mas noutras empresas públicas.

A segunda pergunta que gostava de lhes colocar diz respeito à assunção de responsabilidades do Conselho de Administração. O facto é que estes contratos de risco foram aprovados no Conselho de Administração — e não estamos a falar aqui de reestruturações, estamos a falar dos contratos aprovados à data — e aqui, das duas, uma: ou as pessoas que os assinaram não tinham conhecimento dos riscos, nem vontade de se

informarem sobre eles, e portanto, assinaram coisas «de cruz», sem quererem conhecer os riscos que estavam a correr, ou então estavam conscientes de que os *swaps* que estavam a contratar eram complexos e especulativos e decidiram assumir esse risco. Portanto, uma das duas tem de ser e eu gostava de perceber qual delas é: não havia conhecimento dos riscos ou havia conhecimento dos riscos? Houve uma assunção deliberada de maiores riscos em troca de maiores ganhos ou houve, de facto, pouca vontade de perceber o que é que se estava aqui a negociar e houve uma assinatura «de cruz», sem terem noção dos riscos que se corriam?

Por último, gostava de avançar com a conclusão de que a gestão dos contratos de *swap* na Metro de Lisboa nem sempre foi feita com o objetivo de cobertura e de proteção de riscos de taxa de juro, mas foi feita com o objetivo de obtenção de benefícios financeiros, e esta não é uma questão menor. É que a obtenção de benefícios financeiros é um objetivo contrário ao objetivo de proteção de risco de taxa de juro, porque os contratos que mais benefícios financeiros podem trazer são aqueles que pior protegem do risco. E isto é um *trade off* que existe sempre e, portanto, ao escolher o contrato mais barato, eu escolho o contrato que maximiza perdas, caso haja um problema.

É lógico que ninguém previa a existência de uma crise, mas aquilo que decide se um *swap* é, ou não, apropriado é, havendo essa crise, qual é o *swap* que mais protege relativamente ao risco que essa crise pode trazer e às perdas que ela pode trazer. E, portanto...

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Termino, Sr. Presidente, dizendo que eu gostava que confirmasse, ou não, esta terceira conclusão de que a

gestão de *swaps* de empresa é feita com base no objetivo de obtenção de benefícios financeiros e que esse objetivo superou e teve mais importância do que o objetivo de proteção de risco de variação de taxa de juro.

O Sr. Presidente: — Sr. Eng.º Mineiro Aires, tem a palavra para responder.

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires: — Sr. Presidente, as minhas respostas vão ser muito rápidas: é possível dizer que as tutelas não tinham conhecimento? Eu não acredito que as tutelas não tivessem conhecimento. Apesar de não haver mecanismos obrigatórios de reporte, toda a quantidade de informação que foi veiculada indicia que sabiam, com certeza. Aliás, as entidades, tipo IGF e DGTF, se não o informaram, tinham conhecimento das coisas, portanto, não posso afirmar que tinham conhecimento, pessoalmente, de que em cada um dos casos, etc., nem vou por aí, mas havia toda a informação para que as tutelas pudessem ter tido conhecimento.

Responsabilidades do Conselho de Gerência, assunção deliberada de riscos para ganhar dinheiro: a resposta é positivamente «não!»; não foram assinados «de cruz», embora tenham sido assinados com base em propostas relativamente elaboradas e com fundamentos e, portanto, não foram assinadas «de cruz», nem foram assinados com a vontade de ganhar dinheiro. Foram unicamente assinados com a intenção de reduzir custos de financiamento e garantir a estabilização de taxas de juro.

Suponho que o conhecimento, à data, das próprias entidades para avaliarem estes contratos, quando comparado com os critérios que têm sido utilizados hoje e que têm sido divulgados também na *Internet* (que é o único acesso que tenho a isso), digamos que posso concluir até que

possivelmente havia falta de capacidade, em determinadas instituições ou entidades para poderem analisar devidamente estas coisas, ou então eram... Não era um cenário que se podia vir a colocar e, como tal, ele não contava.

E, portanto, se a gestão dos *swaps* foi feita com o objetivo de obter benefícios financeiros? Não foi, com certeza. Foi, sim, de baixar os custos financeiros, o que é diferente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Fernando Virgílio Macedo, tem a palavra.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Sr. Eng.º Carlos Aires, acabou de referir que, na sua opinião, a tutela tinha conhecimento relativamente aos contratos ou, muito provavelmente, quase de certeza, a tutela tinha conhecimento relativamente aos contratos de *swap* que eram realizados pela Metro de Lisboa.

Esta sua afirmação é confirmada por essa ata que teve a amabilidade de nos facultar. Na última página dessa ata, ou seja, quando se determina quem é que vai ser responsável pela assinatura dos contratos de reestruturação da dívida do BEI e com os contratos *swap* inerentes a esta reestruturação, diz claramente (e passo a citar, para não haver dúvidas, na última página, onde diz): «Passando à discussão do ponto três da ordem de trabalhos foi igualmente aprovado, por unanimidade, atribuir poderes a quaisquer dois dos membros do Conselho de Gerência ou a qualquer um dos membros do Conselho de Gerência juntamente com o Diretor Financeiro, Sr. Dr. José Ferreira de Melo, no âmbito de poderes que lhe tenham sido delegados, para a assinatura do contrato previsto no ponto um da presente ordem de trabalhos e dos demais documentos que se mostrem necessários para a concretização da referida reestruturação, (...)» — e,

agora, é a parte importante — «nomeadamente para a assinatura do pedido de autorização a dirigir a S. Ex.^a o Ministro das Finanças, bem como para a assinatura dos contratos e demais documentos que se mostrem necessários à contratação dos contratos de *swap* referidos no ponto dois da ordem de trabalhos.»

O Sr. João Galamba (PS): — Não sabe ler português!

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Ou seja, claramente...

O Sr. João Galamba (PS): — Não é nada disso! Não sabe ler português. Não está aqui nada disso!

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Agora, é para ouvir!
Claramente...

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, deixem falar o interlocutor, por favor.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Claramente, está dito aqui, nesta ata, que «nesta reestruturação da dívida junto do BEI, com o contrato *swap* em anexo, houve um imperativo legal de pedir autorização ao Sr. Ministro das Finanças, no sentido de a empresa poder subscrever esses contratos». E, nesse sentido...

O Sr. João Galamba (PS): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível transcrever as palavras do orador).*

O Sr. Presidente: — Só um momento, por favor. Podem comentar apartes mas não podem interromper quem está a falar.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — ... e, nesse sentido, gostaria que me informasse quem era o Sr. Ministro das Finanças ao qual ia ser dirigido um pedido de autorização para a assinatura dos referidos contratos.

O Sr. Presidente: — Sr. Eng.º Mineiro Aires, tem a palavra.

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires: — Eu já há pouco tive a oportunidade de tentar precisar esta ata.

Eu não tenho a certeza e não posso afirmar...

O Sr. João Galamba (PS): — *(Por não ter falado para o microfone, não foi possível transcrever as palavras do orador).*

O Sr. Eng.º Carlos Alberto Mineiro Aires: — Não, ela está na ata, exatamente.

Mas eu gostava, em primeiro lugar, de deixar aqui claro que deve ser esclarecido junto da empresa se efetivamente a reestruturação da dívida teve ou não agarrada a realização de *swaps*. Deve haver documentação dessa.

Em segundo lugar, no caso de tal ter acontecido, se a autorização foi simultânea para realizar a reestruturação, com *swaps* ou não.

E, em terceiro lugar, não me recordo, à data disso, quem é que seria o Sr. Ministro nessa altura... Não faço ideia, mas é uma questão... É fácil, é

ir ver a composição dos Governos Constitucionais... Portanto, é fácil de ver.

Mas eu gostaria de que este assunto fosse precisado junto da empresa para ver, efetivamente, em que moldes é que foi pedida a autorização, porque isso era importante para precisar se tinha *swap* agarrado ou não tinha.

O Sr. Presidente: — Para uma interpelação à mesa, tem a palavra Sr. Deputado Fernando Virgílio Macedo.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Sr. Presidente, é para informar a mesa de que o Grupo Parlamentar do PSD irá fazer um requerimento no sentido de ser solicitada à atual Administração do Metro de Lisboa que confirme, ou não, a informação contida na ata de 11 de novembro de 2005, ou seja, se houve efetivamente uma prévia autorização por parte do Ministério das Finanças «para a subscrição da reestruturação da dívida do BEI, com o *swap* em anexo».

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, com o devido respeito, como o requerimento é verbal, peço-lhe para o traduzir por escrito, como, aliás, temos procedido com todos.

Até porque o que me parece que querem perguntar não é se o Metro confirma a ata, é se o Metro nos pode enviar a documentação do pedido do empréstimo. Será isso?

O Sr. João Galamba (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — É também para uma interpelação à mesa, Sr. Deputado João Galamba?

O Sr. João Galamba (PS): — É só uma clarificação...

O Sr. Presidente: — Não, Sr. Deputado. Pergunto-lhe se é para uma interpelação à mesa.

O Sr. João Galamba (PS): — É...

O Sr. Presidente: — É?...

O Sr. João Galamba (PS): — Tendo em conta este requerimento, sim.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. João Galamba (PS): — É só para clarificar que, neste ponto da ata, quando se fala da contratação de *swaps*, é sobre os poderes atribuídos aos membros do Conselho de Gerência. É isso que está aqui.

O Sr. Presidente: — Ó Sr. Deputado João Galamba, há ainda uma oportunidade de usar da palavra, se o entender.

O Sr. João Galamba (PS): — Então usaremos de seguida.

O Sr. Presidente: — Mas isso não é, como bem compreende, uma interpelação à mesa...

Vamos, agora, dar-lhe a palavra, se a pedir, precisamente.

O Sr. João Galamba (PS): — Usaremos de seguida.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado João Galamba, no seu tempo próprio.

O Sr. João Galamba (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

É só para esclarecer que a ata não diz nada do que o Sr. Deputado do PSD diz que ela diz. Eu sei que é uma oração completa, com muitas vírgulas. Mas quando fala dos *swaps*, o que está a dizer é sobre a deliberação e a atribuição de poderes a dois membros do Conselho de Gerência. Não tem nada a ver!

O pedido de autorização ao Ministro das Finanças é para a reestruturação da dívida do BEI,... Portanto, acaba o pedido de... Já não tem qualquer relação com a autorização às finanças, portanto, é outro tema, separado por vírgulas, que se refere ao início deste parágrafo, portanto...

A contratação dos *swaps* prende-se com os poderes a atribuir aos dois gestores. Não tem qualquer relação, não tem nenhuma relação, a não ser de proximidade física, porque, de facto, as palavras estão próximas, mas esta vírgula demonstra de forma cabal que quando se fala da contratação de *swaps* aquilo para que remete é para os poderes a atribuir aos dois gestores, e que, tirando a proximidade física das palavras, não há qualquer relação entre *swaps* e o pedido de autorização às finanças.

Não é uma questão de ver ou não, é uma questão de ler este parágrafo e perceber, exatamente, o que aqui está escrito.

Era só para fazer esta clarificação, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: — E esgotou o tempo disponível ou, melhor, não esgotou o tempo, mas esgotou a intervenção. Certo?... Muito bem!

Sr. Engenheiro, deseja fazer algum comentário?

Não é o caso.

Voltamos a estar na situação de não ter a Sr.^a Deputada Cecília Meireles, portanto, vamos para a última ronda de perguntas. E, na última ronda, dou a palavra, por 2 minutos, ao Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria voltar às respostas que me deram, relativamente às questões que levantei, na segunda ronda.

Diz o Dr. O'Neill que este cenário não era imaginável, o cenário da descida da Euribor a menos de 2%, e que não estava contemplado.

Entretanto, foi-nos distribuída, creio, cópia do contrato que assinaram, o n.º 38. Efetivamente, na página quatro, poderá ver que há a previsão da possibilidade de a Euribor descer abaixo de 2%, e que, nesse caso, se se verificar, por pouco provável que seja, o *spread* que o Metro de Lisboa tem de pagar sofre um agravamento. Portanto, esta possibilidade pode não ter sido contemplada pelo Conselho de Administração e pelos senhores, mas foi contemplada no contrato, provavelmente, por iniciativa da banca. Portanto, penso que fica esclarecido que esta possibilidade estava lá.

A segunda questão, e por uma questão de rigor, quando o Sr. Eng.º Mineiro Aires diz que este contrato foi reestruturado posteriormente — é verdade! —, manteve a sua natureza e as suas características de *snowball*, mas, em nossa opinião, a reestruturação só o piorou. Portanto, por uma questão de rigor, temos de dizer que este contrato, que era daninho na altura em que foi contratado, com a reestruturação, piorou, pelo que as

responsabilidades não podem ser atribuídas apenas ao Conselho de Administração que o contratou, mas também ao Conselho de Administração que, posteriormente, o reestruturou e agravou. A responsabilidade de uns não elimina, obviamente, a responsabilidade dos outros, antes, é partilhada.

Para finalizar, e no sentido daquilo que referi no início das minhas intervenções, gostava de dizer o seguinte: a Metropolitano de Lisboa tinha uma estratégia conservadora no Conselho de Administração anterior, do Dr. Frásquilho, mas essa estratégia foi completamente alterada, com a reestruturação dos contratos *swap*, antigos e simples, em complexos, com a contratação de 17 novos contratos, na sua esmagadora maioria de elevada complexidade e risco, e que esta mudança de estratégia teve consequências muito graves, não só da responsabilidade deste Conselho de Administração, mas também dos que se seguiram. E as perdas potenciais da Metro de Lisboa, em finais do ano passado, eram superiores a 1400 milhões de euros, o que, por si só, representa quase metade das perdas potenciais registadas em todas as empresas públicas.

Obviamente, essa mudança de estratégia e os contratos que assinaram, na altura, de elevada complexidade e risco, que tantos prejuízos trouxeram, merecem censura, pelo que têm de assumir essas responsabilidades. É porque mudaram uma estratégia e, com essa mudança, assinaram contratos que provocaram elevados prejuízos, alguns dos quais já se materializaram. Posso apenas referir-vos, se encontrar rapidamente, aqui,...

O Sr. Presidente: — Tem de concluir, Sr. Deputado.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Com isto mesmo concluo, Sr. Presidente.

Posso apenas referir-vos que, em 21 de março de 2013, e relativamente a um contrato da vossa responsabilidade com o Morgan Stanley, os contribuintes já tiveram de pagar 23 milhões de euros. No dia 21 de março de 2013, a Metro de Lisboa pagou ao Morgan Stanley 23 milhões de euros por um contrato da vossa responsabilidade, de 22 de julho de 2005. Portanto, aqui, já não falamos de perdas potenciais, mas de perdas reais, e isto é apenas um exemplo.

O Sr. Presidente: — Tem, agora, a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a Mariana Mortágua (BE): — Abdico, Sr. Presidente, já terminei as minhas questões.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Virgílio Macedo.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Sr. Presidente, quero apenas esclarecer, mais uma vez, a questão que foi referida pelo Deputado João Galamba.

Analisando o ponto um da ordem de trabalhos dessa mesma ata, refere-se, claramente: «Finalmente, foi ainda referido pelo Sr. Dr. José O'Neill que, por imperativo legal, a referida reestruturação será objeto de autorização por parte de S. Ex.^a o Ministro das Finanças, em virtude de a referida dívida ser objeto de garantia pessoal por parte do Estado Português, (...)». Ou seja, não há dúvida nenhuma de que, obviamente, a reestruturação da dívida tinha de ser objeto de autorização por parte do Ministro das Finanças. Falta fazer a avaliação sobre se o contrato

subjacente a essa reestruturação da dívida era ou não do conhecimento da tutela e se foi dada autorização em conjunto com a reestruturação.

Por isso, como o nosso convidado, Eng.º Carlos Aires, não se lembra, não tem presente se foi ou não dada essa autorização, há que solicitar a informação à Metro de Lisboa, para não restarem quaisquer dúvidas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Sr. Presidente, quero interpelar a mesa no seguinte sentido...

O Sr. Presidente: — Quer interpelar a mesa, Sr. Deputado?

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Inscrevi-me para esse efeito, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o PS ainda não usou os 2 minutos finais a que tem direito e, por isso, o que pergunto é se quer usar da palavra, utilizando o tempo disponível, ou se pretende mesmo fazer uma interpelação? É porque se pretender usar da palavra para esse efeito, evidentemente, dar-lha-ei.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Sr. Presidente, o meu propósito era uma interpelação à mesa, mas tendo a oportunidade de usar esses 2 minutos, fá-lo-ei.

O Sr. Presidente: — Muito bem, Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Sr. Presidente, esta minha intervenção final, de 2 minutos, à guisa de interpelação, serve, obviamente, uma vez mais, para corrigir o Sr. Deputado do PSD que, recorrentemente, tem intervindo em relação a esta ata, a qual não deixará, obviamente, de ficar elucidada, em função da resposta que a Metro de Lisboa há de facultar, mas, como o Sr. Presidente da Comissão referiu, há de formular a resposta não nos termos em que o Sr. Deputado a formulou, porque seria, obviamente, um ato inútil que a administração confirmasse o que está na ata.

De qualquer forma, tenho a obrigação de reafirmar tudo aquilo que o Sr. Deputado João Galamba, há pouco, teve oportunidade de referir, porque V. Ex.^a, Sr. Deputado Fernando Virgílio Macedo, continua a confundir o ponto três com o ponto dois e, agora, voltou a fazê-lo, quando veio recordar a leitura do ponto dois da ordem de trabalhos. O que é legalmente exigível, e, obviamente, o Sr. Administrador com o pelouro tinha obrigação de o saber, aliás, é isso que está a dizer, é a autorização dos empréstimos com o aval do Estado. Esta é a obrigação.

Quanto ao ponto três da ata, que tem a referência aos *swaps*, recordo que há uma oração subordinada que o meu ilustre colega referiu, intercalada por uma vírgula, pelo que não posso deixar de dizer que tudo aquilo que foi referido é o que verdadeiramente sucede.

Portanto, Sr. Presidente, associamo-nos ao pedido de documentação que terá sido alvitado e que, obviamente, não deixará de nos elucidar.

O Sr. Presidente: — Aguardaremos o requerimento.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, penso que chegámos ao fim dos nossos trabalhos...

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, peço desculpa, permite-me uma interpelação à mesa, sobre a condução dos trabalhos?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, não é habitual dar também a palavra aos nossos convidados, no final da terceira ronda, para eles poderem, se o entenderem...

O Sr. Presidente: — É habitual, Sr. Deputado, mas creio que o Sr. Engenheiro não tem mais a acrescentar.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Então, estou esclarecido, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Assim sendo, Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 18 horas e 31 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL